

- SILVA, R. V. M e. Desenvolvimentos recentes no Brasil dos estudos histórico-diacrônicos sobre o português. Conferência não publicada. Porto Alegre, 1996.
- SOLOMON, R. G. *In the spirit of Hegel: a study of G. W. F. Hegel's phenomenology of spirit*. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- WEINREICH, U. *Languages in contact*. The Hague: Mouton, 1964 (Título original, 1953).
- WHITNEY, W. D. *The life and growth of language: an outline of linguistic science*. New York, Dover Publications, 1979 (Título original, 1875).
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

2

O ESTRUTURALISMO LINGÜÍSTICO: alguns caminhos

Rodolfo Ilari

1. AS NOTÍCIAS DOS PRIMEIROS VIAJANTES

O estruturalismo teve sobre os estudos da linguagem, no Brasil, um impacto enorme, típico de uma escola dominante. Seu advento se deu no Brasil durante os anos 1960 e coincidiu com o reconhecimento da lingüística como disciplina autônoma; assim, muitos professores e pesquisadores que, naquela altura, já tinham uma larga experiência de investigação, foram atraídos pela nova orientação e a utilizaram para sistematizar suas doutrinas (o caso mais célebre é o de Mattoso Câmara Jr.); muitos jovens que se interessavam por literatura e haviam sido ensinados a encarar a lingüística como uma disciplina auxiliar no estudo da poesia e da prosa literária inverteram suas prioridades, e passaram a encarar a descrição lingüística como um objetivo autônomo; e muitos estudantes que chegavam então à universidade tiveram a ilusão (compreensível) de que os estudos da linguagem sempre haviam sido objeto de uma disciplina chamada lingüística, identificada pura e simplesmente com a lingüística estrutural.

Por volta de 1970, pode-se dizer que o estruturalismo já era, no Brasil, a orientação mais importante nos estudos da linguagem, e que tinha contribuído

para criar um novo tipo de estudioso, o lingüista, que já então dispunha de um espaço próprio em face de duas figuras mais antigas — a do gramático (interessado na sistematização dos conhecimentos que resultam num uso “correto” da variante padrão) e a do filólogo (interessado no estudo das fases antigas da língua, e na análise e textos representativos dessas fases).

Hoje, o lingüista brasileiro não precisa mais justificar sua própria existência em face de outros estudiosos da linguagem, mas a diversificação de escolas é muito grande e, a despeito de existirem algumas orientações muito prestigiadas (como o gerativismo, o “funcionalismo” e a análise do discurso), não existe uma orientação hegemônica.

Repetindo uma história que é bastante comum no desenvolvimento das ciências, o estruturalismo lingüístico se impôs no Brasil vencendo as resistências de outras tradições de análise, e acabou, ele próprio, sendo superado pelas novas tendências de uma disciplina que tinha contribuído para consolidar. Nessas circunstâncias, isto é, em contraste com as orientações que se opuseram historicamente a ele, tendemos a pensar no estruturalismo lingüístico como um movimento uniforme e coeso mas, no que concerne ao Brasil, é preciso considerar pelo menos dois focos de irradiação distintos, localizados respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No Rio de Janeiro, atuou desde a década de 1930 Joaquim Mattoso Câmara Jr., que seria mais tarde um dos criadores do Setor de Lingüística do Museu Nacional. Tendo estudado e lecionado na América do Norte num momento em que a universidade brasileira vivia sob forte influência da ciência européia, Mattoso Câmara Jr. foi um profundo conhecedor da lingüística produzida nos dois continentes, no período entre as duas guerras. Praticou a fonologia na linha do estruturalismo de Praga (ver item 3.1 deste artigo), e se declarou até o fim da vida um discípulo dessa orientação, mas isso não o impediu de divulgar as idéias dos lingüistas americanos, particularmente Edward Sapir (que foi um dos principais precursores do estruturalismo americano e se empenhou em dar à lingüística o *status* de ciência) e Roman Jakobson (um autor sobre o qual falaremos mais extensamente na seção 3.4). Seu livro *Princípios de lingüística geral* (1941) foi o primeiro manual de lingüística publicado na América do Sul, e teve uma importância decisiva para a afirmação da lingüística como disciplina autônoma; teve sucessivas edições, que dão um espaço cada vez maior aos princípios e métodos da lingüística estrutural.

Em São Paulo, o estruturalismo lingüístico se fez presente nos cursos de graduação e pós-graduação da USP, onde, no final da década de 1960, atuaram,

entre outros, Eni Orlandi, Izidoro Blikstein e Cidmar Teodoro Paes. Esta geração de professores era parcialmente formada por antigos bolsistas retornados da França, que criaram condições para a leitura de autores como Luis Hjelmslev, André Martinet, Bernard Pottier, Roland Barthes e Algirdas J. Greimas, além, evidentemente, do mestre de todos, Ferdinand de Saussure.

Na seqüência desta exposição, procurarei esclarecer as principais diferenças de motivação e de orientação que distinguem o estruturalismo americano e o estruturalismo europeu. O leitor fica desde já avisado de que, dada a complexidade do assunto (estaremos falando de discussões teóricas e práticas descritivas que se estenderam por mais de meio século e que se desenvolveram de maneira independente em dois continentes), será inevitável fazer afirmações genéricas e parcialmente inexatas.

Começemos pela tradição estruturalista européia.

2. O SAUSSURIANISMO

Para a afirmação do estruturalismo na Europa, foi altamente relevante o sucesso do livro *Cours de linguistique générale*, publicado em 1916 como obra póstuma do lingüista suíço Ferdinand de Saussure. As circunstâncias de publicação desse livro são singulares. Em primeiro lugar, o livro não foi escrito por Saussure, mas por alguns de seus alunos da Universidade de Genebra, que se valeram para isso das notas de aula que haviam tomado nos anos letivos de 1907-8, 1908-9 e 1910-11 (Saussure faleceu em 1913, depois de um período de doença). Os próprios redatores do livro — Bally, Riedlinger e Sechehaye — difundiram a idéia de que Saussure levava para as aulas roteiros taquigráficos que eram destruídos logo em seguida, e que, ao morrer, não deixou escritos, mas essa informação logo foi desmentida. Essas circunstâncias fizeram com que o livro, apesar de seu enorme sucesso, fosse desde logo colocado sob a suspeita de não estar expressando o “verdadeiro” pensamento do mestre. Explica-se assim que, por várias décadas depois da morte de Saussure, tenham sido lançadas publicações que procuravam recuperar as “fontes” do *Cours*, ou que se propunham a revelar o “verdadeiro Saussure”. Em 1969, apareceram as *Sources manuscrites du Cours de linguistique générale*, publicadas por R. Godel. Antes disso, haviam sido lançados na Universidade de Genebra os *Cahiers Ferdinand de Saussure*, uma série cujo título é um verdadeiro programa, e que prestou serviços inestimáveis na divulgação de materiais que ensejam a descoberta de um “outro Saussure” — entre eles a correspondência, os escritos inéditos e os cadernos de outros alunos além daqueles que tinham sido utilizados para a reda-

ção do *Cours*. Na década de 1960, o crítico literário Starobinsky deu início a uma série de ensaios nos quais dá conta de uma preocupação que Saussure alimentou no final da vida, o estudo dos “anagramas”. Ao analisar textos do latim antigo e do germânico, Saussure tinha chegado à hipótese de que esses textos, além de permitir a leitura linear que fazemos hoje (na qual segmentamos, reconhecemos e interpretamos palavras adjacentes na cadeia escrita), ensejariam outra leitura, baseada num certo tipo de repetição dos fonemas nos textos. Na feliz expressão de Starobinsky, essa outra leitura faria aparecer “palavras sob as palavras”, permitindo ouvir os nomes de personagens míticas ou de divindades que, por causa de algum tabu religioso, não era permitido pronunciar.¹ Saussure formula a hipótese de que esse tipo de prática da poesia era consciente na literatura da antigüidade em algumas cartas mandadas em 1907-1908 a seu antigo aluno, o linguista Antoine Meillet. É uma hipótese forte, que altera não só a maneira de conceber a poesia antiga, mas a própria noção de leitura.

Um outro Saussure ainda, também diferente do que aparece no *Cours*, toma forma nas edições críticas do *Cours de linguistique générale*, que também começam a ser publicadas na década de 1960. A mais célebre dessas edições é a de Tullio de Mauro: dotada de um enorme aparato crítico (de notas, citações e referências bibliográficas), ela permite entender mais claramente o contexto histórico de que se alimentou o pensamento de Saussure; permite também acompanhar, passo a passo e quase dia-a-dia, o que Saussure efetivamente ensinou em suas aulas. A imagem geral é de um pensamento em evolução, no qual as teses que hoje atribuímos a Saussure estão ainda tomando forma, de maneira tensa e, às vezes, pouco clara — exatamente o contrário do que sugere a exposição chapada do *Cours*.

É preciso então lembrar que o estruturalismo lingüístico, se teve como referência constante as idéias expostas no *Cours de linguistique générale*, foi também sendo alimentado pela descoberta desses outros Saussures supostamente mais “verdadeiros”, cujas idéias estão em relação dialética com as do primeiro. Como essa dialética não aparece no *Cours*, podemos dizer que o livro foi fruto de uma simplificação excessiva, que contribuiu para seu enorme sucesso, mas também pode ser encarada como uma de suas principais fraquezas. Mas em que consiste, afinal, o saussurianismo? De onde vinha seu potencial de inovação?

7. Questões

1. Por exemplo, segundo a hipótese de Saussure, no verso ... *facundi calices hausere alterni*... um leitor iniciado em poesia romana poderia ler o nome de um povo da Campânia, os *Falerii*.

2.1. Toda revolução científica, toda orientação teórica inovadora parte de um pequeno conjunto de metáforas que produzem um modo novo de focar os fatos a serem explicados. Em oposição ao período vivido pela lingüística histórica do século XIX, durante o qual a metáfora de base para a compreensão dos fenômenos lingüísticos tinha sido a idéia evolucionista da transformação das espécies, Saussure elegeu como noção central para a compreensão do fenômeno lingüístico a noção de valor. Essa noção foi exposta por Saussure em uma das últimas aulas que ministrou antes da doença final, e não é casual que assim tenha sido; de fato, a noção saussuriana de valor só pode ser compreendida à luz de uma série de distinções teóricas e decisões que a preparam, entre as quais se incluem a distinção língua x fala, a distinção forma x substância, a noção de pertinência, e as noções de significante, significado e signo. Trataremos primeiramente de tudo isso, e voltaremos a falar de valor somente na seção 2.5. Se tivermos sucesso em nossa exposição, deverá ficar claro que na teoria do valor confluem e se confirmam várias teses saussurianas.

Começemos, pois, por falar da distinção entre língua e fala, à qual Saussure chegou refletindo sobre várias experiências do dia-a-dia, uma das quais foi o jogo. Tanto a experiência de jogar como a experiência de comunicar-se através de uma língua historicamente dada envolvem interação com outras pessoas, e prestam-se a ser analisadas e comparadas de vários pontos de vista diferentes; assim, não admira que, ao longo dos tempos, o jogo e a linguagem tenham sido comparados várias vezes, com resultados diferentes.² Em Saussure, o jogo é evocado antes de mais nada para contrapor os inúmeros desenvolvimentos que se podem prever a partir da “regra do jogo” ao conjunto sempre limitado de jogadas que efetivamente se realizam quando o jogo acontece. A idéia de que no jogo de xadrez são possíveis certas jogadas mas não outras (por exemplo, a torre pode atacar qualquer peça adversária, mas tem que fazê-lo deslocando-se em sentido perpendicular aos lados do tabuleiro) leva, em suma, a valorizar o que não se observa, ou seja, a “regra do jogo”, encarada como condição de possibilidade do jogo ou, no caso da língua, como condição da comunicação. Por esse caminho, chega-se à mais fundamental das oposições saussurianas, a que se estabelece entre a língua e a fala, ou seja entre o sistema e os possíveis usos do sistema. Saussure opôs claramente o sistema, entendido como entidade abstrata, e os episódios comunicativos historicamente realizados. Além disso,

2. Para Wittgenstein, por exemplo, a linguagem e o jogo têm em comum a característica de ser comportamentos regrados, e Wittgenstein se inspira na enorme variedade de jogos possíveis para apontar a enorme variedade de ações (“jogos”) que podemos realizar através da linguagem.

estabeleceu com toda clareza que o objeto específico da pesquisa lingüística tem que ser a “regra do jogo”, isto é, o sistema, e não as mensagens a que ele serve de suporte. Essa decisão era muito radical para a época, e trouxe muitas conseqüências. Com ela, Saussure não só apontava para um tipo de pesquisa totalmente diferente do que tinha praticado durante toda sua vida (ele foi um grande professor de filologia germânica e história das línguas indo-européias, e um de seus principais interesses era justamente o estudo dos textos antigos), mas provocou uma mudança de atitude de que sentimos ainda hoje os efeitos.³ Como se trata de uma mudança cujos resultados ainda nos afetam, é difícil para nós entender claramente o que acontecia antes; mas podemos ter uma idéia menos confusa de seu alcance se pensarmos no que distingue (ainda hoje) a orientação do filólogo e a orientação do lingüista. Simplificando muito, o filólogo vale-se de quaisquer conhecimentos pertinentes (inclusive os lingüísticos) para colocar à nossa disposição a melhor explicação possível sobre a forma original de um texto antigo e sobre a interpretação que o autor esperava para ele no momento em que foi escrito. Já o lingüista, quando dirige sua atenção para textos específicos, tende sobretudo a usá-los como evidência de que, no momento em que foram produzidos, o sistema lingüístico oferecia aos usuários da língua determinadas possibilidades (sintáticas, semânticas, fonéticas, ortográficas), e de que esse modo de ser do sistema é que permitiu dar às mensagens determinadas formas e determinadas interpretações.

A oposição entre os atos lingüísticos concretos e o sistema que lhes serve de suporte ficou conhecida como a “oposição *língua/fala* (ou oposição *langue/parole*)”. Para melhor compreendê-la, é útil referi-la a algumas distinções que foram elaboradas, no mesmo espírito, pelas ciências sociais. A referência mais óbvia são, nesse sentido, os estudos do sociólogo Émile Durkheim sobre o suicídio. Nada é, à primeira vista, mais individual do que o suicídio; entretanto, o suicídio só assume seu significado enquanto ato que se contextualiza no interior de uma determinada sociedade. Analogamente, os indivíduos que utilizam a linguagem o fazem sempre por iniciativa pessoal, mas sua ação verbal só tem os efeitos que tem pela existência de um sistema que o usuário compartilha com os outros membros da comunidade lingüística de que faz parte. À luz dessa analogia, não admira que Saussure tenha qualificado a língua como um fenô-

3. Mesmo a lingüística gerativa (que, a partir dos anos 1960, se contrapôs ao estruturalismo e acabou por substituí-lo no papel de paradigma científico de vanguarda) preconiza que se tomem como objeto de análise as condições de possibilidade das mensagens lingüísticas — a competência — e não as próprias mensagens — o desempenho).

meno social, e que tenha caracterizado a lingüística como um ramo da psicologia social.

Provavelmente, nenhuma outra escola lingüística, até Saussure, tinha afirmado com tanta força a separação entre a dimensão individual e a dimensão social do funcionamento da linguagem. Seguindo Saussure, os estruturalistas não só entenderam que seria preciso tratar separadamente do comportamento lingüístico das pessoas e das regras a que obedece esse comportamento, mas ainda entenderam que o uso individual da linguagem (a *parole*) não poderia ser objeto de um estudo realmente científico. Chegou-se assim a uma situação extrema em que toda a atenção foi dedicada às “regras do jogo”, isto é, ao sistema, ao passo que os episódios de seu uso foram relegados a uma disciplina secundária (denominada às vezes “lingüística da fala”, outras vezes “estilística”), à qual coube a tarefa “menos nobre” de legislar sobre fatos sujeitos a uma regularidade precária.

2.2. Voltemos, porém, à metáfora do jogo e ao conceito de valor. Todos nós sabemos que é possível substituir uma peça perdida (por exemplo, no jogo de xadrez, uma torre que se extraviou) por um outro objeto qualquer, e jogar o jogo sem problemas, desde que convençionemos que a peça improvisada (seja ela um botão ou uma pedra), representará a que se extraviou. Essa experiência banal, além de reforçar a importância do “regulamento do jogo”, revela uma propriedade desse regulamento que poderia passar despercebida: a matéria de que são feitas as peças conta menos do que a função que lhes é atribuída convencionalmente. Transferida para a língua, essa “descoberta” leva diretamente a outra tese saussuriana: que a descrição de um sistema lingüístico não é a descrição física de seus elementos, e sim a descrição de sua funcionalidade e pertinência.

Os fonólogos estruturalistas fizeram um uso exemplar desse princípio. Ensinarão que, para levantar o inventário das unidades fonológicas de uma língua é preciso distinguir as diferenças de pronúncia que são apenas físicas (articulatórias ou sonoras), daquelas que permitem significar uma diferença de função. Por esse método, descobre-se antes de mais nada que certas diferenças acústicas ou articulatórias que parecem consideráveis quando são avaliadas em termos físicos (impressionísticos ou experimentais) podem ser desprezadas numa análise rigorosamente lingüística, porque não são investidas de nenhuma função. É o caso das diferentes maneiras como é pronunciada em português do Brasil a primeira letra de palavras como *rato* ou *romance*: na pronúncia típica de um gaúcho, a consoante inicial é uma vibrante apicoalveolar, produzida pela vibração da ponta da língua junto à parte interna dos dentes; na fala de um paulista ou de um carioca, o *r* é, ao contrário, uma consoante velar. O esforço

muscular necessário para produzir a pronúncia gaúcha é muito maior, e a impressão acústica é diferente (a tal ponto que somos capazes de identificar a origem gaúcha de quem fala). Mas, do ponto de vista da fonologia, essa diferença não interessa, porque as duas pronúncias levam às mesmas unidades lingüísticas — no caso, às mesmas palavras. Observando outras propriedades físicas das palavras, chegamos às mesmas conclusões. Pensemos, por exemplo, nas duas maneiras como podemos pronunciar o som que grafamos *i* na palavra *enfiar*: a escolha de uma pronúncia surda ou sonora para esse som não tem qualquer implicação para o sentido, que será o mesmo em qualquer das duas hipóteses (*enfiar* = “introduzir num orifício”). Mas a diferença de sonoridade tem conseqüências importantes se for aplicada ao som grafado *f*; neste caso, passaremos de *enfiar* a *enviar*, isto é, de uma palavra que significa “introduzir num orifício” para uma palavra que significa “despachar”, “remeter”, “mandar”. Diremos então que a mesma propriedade física [+sonoro/-sonoro] pode ter ou não ter função lingüística, a depender do contexto.

Obviamente, uma mesma diferença física pode ser portadora de uma distinção numa língua e não sê-lo em outra. É sabido, por exemplo, que o sistema vocálico do latim clássico utilizava a quantidade, isto é, distinguia vogais longas e vogais breves. Aplicada ao som [o], essa diferença permitia, por exemplo, que a palavra *populus* evocasse ora o significado “povo, gente”, ora o significado “choupo, árvore”. Hoje, nenhuma das línguas derivadas do latim utiliza lingüisticamente essa diferença: nossos políticos podem dirigir-se à vontade a seus eleitores chamando-os de “meu povo” ou de “meu poooooovo”; isso não fará com que se trate de duas palavras diferentes.

Essas considerações, essenciais para compreender os objetivos do fonólogo, exemplificam com pouco custo uma noção que é central para a lingüística saussuriana — a de pertinência ou relevância. Dir-se-á, por exemplo, que a duração é fonologicamente pertinente em latim mas não é pertinente em português, e que as diferenças físicas apontadas a propósito do *r* de *rato e romance*, e do *i* de *enfiar* não são fonologicamente pertinentes em português. Por sua vez, a noção de pertinência explica a popularidade de que gozou na lingüística estruturalista o procedimento de análise conhecido como teste do par mínimo, que consiste, em última análise, em apontar um contexto (ou, como também se diz, um “ambiente”) lingüístico mínimo em que uma diferença de forma corresponde a uma diferença de função.⁴

2.3. Uma vez assimilada a idéia de pertinência, chega-se naturalmente à decisão de querer considerar como objetos de análise apenas aqueles elementos da fala que podem ser considerados como pertinentes, no sentido que acaba de ser caracterizado. Falar em pertinência, no caso, significava excluir como não-lingüísticas uma série de informações que a tradição gramatical, a lingüística histórica de inspiração neogramática e a fonética experimental do século XIX (representada por autores como Abade Rousselot) tinham considerado com bastante atenção. A maneira mais feliz de formular essa exclusão foi a representação a que chegou o lingüista dinamarquês Luis Hjelmslev, elaborando a distinção feita anteriormente por Saussure entre forma e substância. Explicando de maneira particularmente feliz a intuição saussuriana, Hjelmslev chamou de forma, tudo aquilo que uma determinada língua institui como unidades através da oposição; à forma, ele opôs a substância, definida como o suporte físico da forma, que tem existência perceptiva mas não necessariamente lingüística. Assim, nas palavras *caro e carro* é possível distinguir uma diferença que é ao mesmo tempo de substância e de forma; mas entre as duas pronúncias possíveis em português do Brasil para *carro* (velar ou apical) há apenas uma diferença de substância. Além da distinção entre forma e substância, Hjelmslev considerou uma outra distinção, a que se estabelece entre expressão e conteúdo; cruzando essas duas distinções (expressão x conteúdo, forma x substância), chegou a um mapa onde é possível delimitar com muita clareza a definição de língua com que trabalharam tipicamente os estruturalistas. O mapa é este:

	Forma		Substância	
Expressão	Forma da expressão	(1)	Substância da expressão	(2)
Conteúdo	Forma do conteúdo	(3)	Substância do conteúdo	(4)

Para o lingüista estruturalista, os quatro campos identificados como (1), (2), (3) e (4) sempre existem quando há linguagem; mas apenas a parte cinza tem interesse lingüístico; por exemplo, a substância da expressão (identificada com os sons da fala) é encarada sem hesitação como o assunto de uma disciplina não-lingüística — a fonética — à qual se atribui, no máximo, um caráter auxiliar. Por sua vez, a substância do conteúdo, identificada com o pensamento, é deixada aos cuidados de várias disciplinas científicas ou filosóficas, que tratarão de estudar a realidade empírica e a maneira como é conceitualizada; esse trabalho de conceitualização sempre existe, mas só se torna “visível” para o lingüista quando se traduz em diferenças que possam ser capturadas por testes de pertinência.

4. O exemplo dado, *enfiar x enviar* é, precisamente, um par mínimo.

2.4. Para ilustrar a noção de pertinência, utilizei até aqui exemplos que dizem respeito apenas às casas (1) e (2) do quadro hjelmsleviano (plano da expressão), a propósito do qual propus o seguinte teste: modificar as propriedades de um som (por exemplo, alterar a sonoridade do *f* interno de *enfiar*), verificando se isso nos faz “passar” para uma palavra de sentido diferente (por exemplo, *enviar*): quando isso acontece, ultrapassamos um limite que, para o português, é de natureza lingüística. O mesmo método pode, evidentemente, ser aplicado às casas (3) e (4) (plano do conteúdo): Quando modificamos aspectos da significação que associamos convencionalmente a uma determinada palavra, podemos chegar a uma construção de significados para a qual uma outra palavra é necessária. É o que acontece se tomarmos o conceito convencional de “carro” e dele retirarmos determinações como “automotivo”, “para transporte de passageiros”, “com 4 rodas”, “movido a gasolina ou álcool” etc.: haverá um momento em que esse processo nos levará a palavras como *carroça*, *vagão de carga* ou *carriola*. É, em suma, o significante, na medida em que se distingue de outros significantes, que dá legitimidade lingüística ao significado; e é o significado, na medida em que se distingue de outros significados, que dá legitimidade lingüística ao significante; chegamos assim a entender algumas das passagens mais difíceis e ao mesmo tempo mais originais do *Curso de lingüística geral*: aquelas em que o texto procura explicar a indissolubilidade da relação entre significado e significante, lançando mão de uma série de metáforas “de contacto”. Numa dessas metáforas, a língua é comparada à superfície do mar: a língua não é nem a água do mar (uma substância), nem o céu que a cobre (outra substância), mas sim a forma que a superfície das águas assume em contacto com o céu. É nesse contacto que se configura uma forma. Numa outra metáfora, a língua é comparada a uma folha de papel, que vai sendo recortada por uma tesoura: é impossível recortar uma face do papel sem recortar simultaneamente a outra face. O que se procura mostrar, através dessas metáforas, é que, para compreender cada uma das unidades que compõem uma língua, temos que relacioná-la (opô-la) a todas as demais unidades daquela mesma língua. No começo do século XX, essa idéia era extremamente inovadora, contrária mesmo ao senso comum, e não admira que, para colocá-la ao abrigo de possíveis confusões, Saussure tenha sentido a necessidade de criar os termos *significante*, *significado* e *signo*, que nasciam comprometidos com sua concepção essencialmente opositiva das unidades lingüísticas.

Há uma concepção de linguagem, até hoje bastante difundida, segundo a qual as palavras nomeiam seres cuja existência precede a língua e cujas propriedades são determinadas independentemente dela (é a concepção que está presente no mito bíblico segundo o qual Adão teria dado os nomes às coisas).

Foi precisamente a essa concepção tradicional e ingênua de linguagem que Saussure contrapôs a noção de signo lingüístico: os dois componentes do signo saussuriano — o significante e o significado — não devem sua existência a nenhum fator externo à língua, mas tão somente ao fato de que estão em oposição a todos os demais significados e significantes previstos pela língua.

2.5. No início da seção 2.1, eu disse que toda teoria científica inovadora se caracteriza por propor um novo enfoque sobre o objeto estudado e que, no caso do saussuriano esse novo enfoque é dado pela noção de *valor*. Tendo exposto as noções de pertinência e de signo lingüístico, podemos finalmente comentar esta última noção. Falar em valor lingüístico a propósito de Saussure é, antes de mais nada, ressaltar a natureza opositiva do signo. O que fundamenta a especificidade de cada signo lingüístico não é (como na história de Adão) o fato de que ele se aplica a certos objetos do mundo, e não a outros; é a maneira como a língua coloca esse signo em contraste com todos os demais. Nesse sentido, há uma diferença muito grande entre a teoria saussuriana do valor e a maneira tradicional de entender as unidades lingüísticas, uma diferença que fica evidente tão logo se tenta caracterizar as mesmas realidades objetivas usando línguas diferentes. Suponha-se, por exemplo, que queremos falar da carne que vimos na seção de resfriados do supermercado, e que vamos fazê-lo em português e em inglês. Como se trata de carne bovina, falaremos em português de *carne de boi* (ou *de vaca*, conforme a região): em português, o nome da carne (*bovina*, *de boi*) é o mesmo que o do animal. Em inglês (por um acidente histórico que remonta à conquista da Inglaterra pelos normandos), os nomes dos animais, respectivamente, *ox* e *cow*, diferem de *beef*, que não se aplica aos animais, mas serve para indicar de que animal procede a carne. Diante desses fatos, o senso comum ao qual se opôs Saussure afirmaria que *carne de vaca* equivale a *beef*, porque ambos falam dos mesmos alimentos; pela teoria saussuriana do valor, ao contrário, não há equivalência possível, pois a língua inglesa faz um recorte a mais (*ox*, animal bovino, vs. *beef*, carne do animal bovino) que para o português não é pertinente. Chegaremos a conclusões análogas se, explorando um pouco mais o vocabulário das carnes, nos perguntarmos pela equivalência entre os nomes dos comerciantes de quem as compramos: um americano em visita ao Brasil, nos anos 1950, poderia sem dúvida chamar de *butcher* o nosso açougueiro; mas isso não seria argumento para atribuir o mesmo valor lingüístico a essas duas palavras, porque naquela época havia no Brasil um segundo tipo de vendedor de carnes, o *bucheiro* (especializado em vender miúdos de boi de porta em porta), que também precisaria ser traduzido por *butcher*. Esses exemplos mostram que as línguas repartem de maneiras diferentes os mesmos domí-

nios práticos e conceituais; se passássemos a falar de cortes de carne, as coisas se complicariam mais ainda, porque os cortes não são os mesmos.

Ao falar em valor lingüístico, Saussure deu realce ao fato de que a relação significante/significado sempre deve ser considerada à luz do sistema lingüístico em que o signo se insere, e não das situações práticas em que a língua inter-vém ou das realidades extralingüísticas de que permite falar. Essa recomendação vai no sentido de uma lingüística imanentista, ou seja, de uma lingüística que procura minimizar as relações que a língua mantém com o mundo. Vai também no sentido de dar prioridade lógica às relações que se estabelecem no interior do sistema, e não às unidades entre as quais essas relações se estabelecem. Contrariando uma longa tradição que colocava em correspondência palavras e idéias, e tratava as palavras como unidades autônomas de análise, Saussure, em suma, tinha chegado à idéia de um sistema onde “tudo está imbricado com tudo” (“*un système où tout se tient*”); embora o *Cours de linguistique générale* faça um uso muito limitado e quase marginal da palavra *estrutura*, pode-se por isso dizer que Saussure tinha descoberto na língua uma construção legitimamente estrutural, isto é, uma construção onde o sistema (isto é, o conjunto de relações entre os objetos), em termos lógicos, é mais fundamental que os próprios objetos.

arbitrariedade das línguas

2.6. Da concepção de signo que acabou de expor, passa-se naturalmente a outro célebre princípio saussuriano, o da arbitrariedade das línguas, mas aqui é necessário um alerta, porque há pelo menos dois sentidos diferentes em que se poderia falar de arbitrariedade a propósito de Saussure. O primeiro é aquele que as pessoas usam quando especulam sobre a forma e a história de certas palavras, perguntando se entre os sons e os objetos significados há algum tipo de semelhança. Embora isso seja uma forma de reintroduzir os objetos, o mundo,⁵ o próprio Saussure parece ter feito uma reflexão desse tipo sobre o substantivo francês *fouet*, “chicote”. Para muitos falantes do francês, essa palavra é uma onomatopéia, que evoca o estalar de um chicote; a propósito dessa palavra parece então correto afirmar que a relação entre significante e significado não é arbitrária, mas motivada. O *Curso de lingüística geral* considera essa hipótese mas logo a descarta, alegando que, se voltarmos no tempo, veremos que o antepassado de *fouet* é a palavra latina *flagutus*: aí, o estalar do chicote desapareceu;

5. Como não escapou ao lingüista francês Émile Benveniste (ver seu ensaio sobre arbitrariedade lingüística no primeiro volume dos *Problemas de lingüística geral*).

e o exemplo de *fouet*, que poderia ser tomado como argumento para afirmar o caráter motivado da linguagem, aparece como um efeito casual da evolução fonética que corroeu a forma original da palavra latina.

Quer concordemos ou não com essa explicação, o exemplo de *fouet* põe em jogo um conceito em que arbitrariedade se define por oposição a motivação, semelhança de sons ou, como também se diz, iconicidade.⁶ Além deste conceito de arbitrariedade, que é por assim dizer o mais “banal”, o mais próximo do senso comum, Saussure desenvolveu também um segundo conceito de arbitrariedade, bem mais radical, que resulta diretamente da concepção de signo lingüístico como unidade de natureza opositiva exposta na seção anterior. Reportemo-nos à metáfora da folha de papel: como vimos, ela nos faz pensar que não é possível recortar uma das faces da folha sem recortar simultaneamente a outra; e isso significa que, pela concepção de signo adotada em Saussure, uma língua historicamente dada precisa recortar simultaneamente os significados e os significantes. Mas, segundo a reflexão saussuriana, não há nada que permita prever por onde passarão os cortes, ou seja, o *continuum* dos sons e o *continuum* da experiência podem ser colocados em contato recortando a folha de uma infinidade de maneiras distintas; o número de línguas logicamente possíveis é infinito; o fato de que as línguas reais são as que são é uma espécie de acidente histórico. Em outras palavras, a idéia radical de arbitrariedade que Saussure elaborou consiste no seguinte: uma vez estabelecido que toda língua relaciona sons e sentidos articulando-os mediante uma forma, a forma adotada para realizar essa articulação varia de uma língua historicamente dada, para outra.

A noção radical de arbitrariedade tem tudo a ver com a noção de valor lingüístico, e os exemplos que poderiam ser dados acabam mostrando que cada língua organiza seus signos através de uma complexa rede de relações que não será reencontrada em nenhuma outra língua. Acabamos de exemplificar esse fenômeno através do exemplo caseiro das palavras *ox*, *beef* e *boi*; para quem quiser um exemplo mais ilustre, que foi freqüentemente evocado entre os próprios estruturalistas, vale a distinção entre as palavras latinas *niger* e *ater*: ambas significavam “preto” (ou “negro”), mas havia entre elas uma diferença,

6. O filósofo e semiótico americano Charles Sanders Peirce chamou de ícones todos os signos em que a relação entre o significante e o significado é de semelhança; nesse sentido, uma maquete é um ícone da construção que representa, um mapa é um ícone da região que descreve e uma onomatopéia é um ícone do som que imita.

relacionada a brilho (*niger* significava o negro “brilhante”, ao passo que *ater* significava o negro “opaco”). Dizer que as línguas historicamente dadas são arbitrarias significa, no caso, que não há nada que impeça duas línguas — mesmo duas línguas da mesma família, como o português e o latim — de segmentar a realidade de modos diferentes, aplicando conjuntos diferentes de signos a uma mesma realidade objetiva.

Nem todos os estruturalistas assimilaram a concepção radical de arbitrariedade que está presente no *Curso de lingüística geral*; para os que o fizeram, é fácil imaginar os problemas que ela causou: um desses problemas coloca-se a propósito da tradução, pois um raciocínio bastante óbvio leva então a negar a própria possibilidade de traduzir: se cada língua recorta a seu modo a experiência, como explicar que as pessoas traduzem de uma língua para outra? essa prática que todos conhecemos e que é real, não fica excluída em princípio? o que significa traduzir num mundo em que as línguas são arbitrarias?;⁷ outro problema diz respeito à liberdade do falante em relação à língua que ele fala: se a cada língua corresponde um certo modo de mapear a experiência em estruturas verbais, devemos entender que nossas possibilidades expressivas ficam pre-determinadas pelo código que usamos? Alguns estruturalistas pensaram que sim, outros, mais cuidadosos, preferiram entender que tudo pode ser expresso em qualquer língua natural, e que a tirania que a língua exerce sobre nós não se manifesta pela impossibilidade de verbalizar o que quer que seja, mas pela obrigatoriedade de dizer certas coisas, se quisermos dizer outras (por exemplo, quem quer falar de um determinado rio em francês, precisa explicitar se se trata de um rio que deságua no mar ou de um rio que deságua em outro rio, escolhendo entre as palavras *fleuve* ou *rivière*). Na seção 3.4. veremos que esta maneira de encarar o “problema da tradução” foi uma das tantas contribuições do lingüista de origem russa Roman Jakobson.

2.7. Nosso quadro das doutrinas saussurianas não seria completo se não mencionássemos uma última oposição, que foi extremamente rica em consequências. Trata-se da oposição entre sincronia e diacronia. Seria um equívoco pensar que os estudiosos da língua anteriores a Saussure nunca pensaram em descrever o estágio a que uma determinada língua tinha chegado em algum momento de sua história (sincronia), ou imaginar que eles não trabalharam nunca com alguma noção de sistema, limitando-se a considerar as mudanças que a

7. Essas questões são tema do livro de Mounin, George. *Problèmes théoriques de la traduction*. Paris: Gallimard, 1963.

língua sofre ao longo do tempo (diacronia). Mas o ensinamento de Saussure, que valorizava na língua tudo aquilo que é sistemático, e declarava que a diacronia só se interessa por formas isoladas, acabou por dar aos estudos sincrônicos uma posição de primeiro plano, uma posição de vanguarda científica.

Verifica-se, assim, que as gerações posteriores a Saussure não só aceitaram o desafio de descrever as línguas estudadas mediante cortes “sincrônicos”, mas também começaram a interessar-se por línguas difíceis de abordar de um ponto de vista histórico, pela total ausência de documentos escritos. Apontando como objetivo primordial a apreensão da estrutura das línguas, o estruturalismo criou a convicção de que as línguas mal documentadas — por exemplo as línguas ágrafas, ou as variantes não-padrão das línguas de cultura — constituíam um objeto de reflexão tão legítimo como as grandes línguas que os europeus vinham estudando havia séculos. No caso, dois objetivos foram frequentemente afirmados: a) estudá-las como se fossem completamente desconhecidas, o que significa, para o bem e para o mal, livrar-se da influência da tradição gramatical greco-latina; b) olhar para sua história como uma sucessão de sincronias.⁸ Essa “virada” fez com que as lingüísticas estruturais fossem tipicamente sincrônicas, em contraste com o que havia acontecido no século XIX. Mas quais são essas “lingüísticas estruturais”?

3. DESENVOLVIMENTO DE LINGÜÍSTICAS “ESTRUTURAIS”

A resposta à pergunta do final da seção anterior não é óbvia. Não ajudaria nada, por exemplo, tentar listar as obras ou os capítulos de obras escritos a partir dos anos 1950 cujos títulos fazem referência expressa à noção de estrutura. Há um número enorme de trabalhos com essa característica, e eles são tão diferentes entre si que seria impossível dizer o que têm em comum sem cair no vago. Que ligação se pode estabelecer, por exemplo (para citar apenas algumas das obras que chamaram a atenção dos lingüistas brasileiros), entre a *Sintaxe estrutural* de Lucien Tesnière, a *Semântica estrutural* de Algirdas Julien Greimas, a *Lingüística estrutural* de Konstantin Šaumjan e a *Estrutura da língua portuguesa* de Mattoso Câmara Jr.? A frequência com que os autores incluíram o adjetivo *estrutural* em seus títulos, a partir de um certo momento, deixa praticamente

8. Um bom exemplo de história da língua escrita segundo esses parâmetros é: *Evolution et structure de la langue française*, de Walther von Wartburg, que alterna capítulos de “evolução” e capítulos de “estrutura”, (estes últimos correspondem, aproximadamente, ao francês antigo e às diferentes fases do francês médio (séculos XV e XVI) e do francês moderno (séculos XVII a XX).

de nos informar sobre o conteúdo das obras, e apenas mostra que o estruturalismo estava em alta, e que o qualificativo *estrutural* ajudava a promover a obra.

Também é de pouca ajuda definir as lingüísticas estruturais como aquelas que se definiram a si próprias como continuadoras de Saussure. É que, pensando bem, Saussure (se esquecermos seu trabalho como professor de línguas clássicas) não deixou nenhum exemplo mais acabado de análise lingüística; apenas definiu o que chamaríamos hoje um “programa de investigação”. Esse caráter da doutrina saussuriana foi bem percebido pelo linguista italiano Raffaele Simone (ver Saussure, 1970b: 21):

(...) a lingüística saussuriana não se apresenta como uma teoria lingüística, nem, afinal, como uma teoria *tout court* — apresenta-se, com uma clareza inédita, como uma axiomática válida para qualquer teoria futura, isto é, como uma *metateoria*; seu objetivo principal é fornecer uma bateria de noções logicamente válidas e adequadas às diferentes teorias lingüísticas que admite; seu escopo é especificar a estrutura das teorias.

Ao elaborar essa metateoria, Saussure, como era de esperar, ultrapassou às vezes os limites intrínsecos de seu programa, fazendo concessões aqui e acolá às “*préoccupations d'époque*”, ou propondo teses de caráter teórico *stricto sensu*; mas no essencial seu objetivo foi luminosamente alcançado. Como qualquer metateoria, também a metateoria saussuriana não admite todas as teorias lingüísticas possíveis: *admite* algumas e *exclui* outras, e o axioma seletivo, o que leva a metateoria a admitir ou excluir a teoria lingüística em questão é, claramente, o da arbitrariedade do signo. Ainda assim, a axiomática saussuriana é extremamente ampla, de modo que são poucas, hoje, as teorias lingüísticas que podem declarar-se autenticamente não saussurianas.

Compreende-se, nesse contexto, que tenha havido o desenvolvimento de muitas linhas de investigação lingüística que puderam ser consideradas saussurianas (estruturais) e, no entanto, foram muito diferentes entre si. Nessas condições, falaremos em lingüísticas saussurianas no plural, e reservaremos esse nome a algumas orientações que tiveram amplo reconhecimento, e que aplicam disciplinadamente o ideário saussuriano tal como o expusemos: prioridade da análise do sistema, concepção da língua como forma, descarte da substância, preferência pela sincronia. Há um consenso antigo em reconhecer como tais: (1) a escola que atuou entre as duas guerras mundiais em Praga, (2) a glossemática de Hjelmslev, (3) o funcionalismo de Martinet. Por outro lado, (4) Roman Jakobson, a cuja obra lingüística não corresponde o nome de uma escola, foi, provavelmente, o autor que mais fez pelo estruturalismo, em sua vida

longa e produtiva, vivida em dois continentes. Todas essas orientações enriqueceram o projeto saussuriano com reflexões e análises originais. Vejamos como.

3.1. A Escola Lingüística de Praga

A Escola Lingüística de Praga desenvolveu-se entre as duas guerras mundiais, e beneficiou-se do fato de ter conseguido harmonizar os ensinamentos de Saussure com uma outra importante linha de reflexão sobre a linguagem, a do psicólogo vienense Karl Bühler. Como representantes dessa escola costumam ser lembrados o Troubetzkoy dos *Princípios de fonologia* e o próprio Roman Jakobson, que teve atuação destacada na redação das *Teses* do Círculo Lingüístico de Praga, publicadas em francês em 1929. Mas para a definição dos interesses do grupo não foi menos importante a figura do lingüista praguense Wilhem Mathesius, cuja docência é parcialmente contemporânea à de Saussure e antecipa algumas das idéias do mestre de Genebra. Entre as duas guerras, por influência de Mathesius, lingüistas de Praga desenvolveram uma concepção de comunicação incomparavelmente mais rica que a de Saussure, que acabou levando à perspectiva de análise conhecida como *Perspectiva Funcional da Sentença*. Tentemos entender a diferença. O que conta na concepção de comunicação utilizada por Saussure é que os interlocutores tenham pleno controle sobre os elementos pertinentes dos signos lingüísticos mediante os quais se comunicam. Espera-se, em outras palavras, que os falantes usem os signos lingüísticos que compõem suas mensagens de modo tal que se reconheçam nesses signos todos os traços pertinentes que permitem identificá-los. Essa concepção de comunicação, que é a própria concepção saussuriana, basta para distinguir língua e fala e para estabelecer como a fala depende da língua, mas reduz de certo modo o processo de interpretação a uma questão de discriminação dos signos que se transmitem, e nada nos diz sobre o que acontece quando interpretamos. É, pois, extremamente redutora, e provavelmente, hoje, não seria aceita nem mesmo como uma boa descrição da comunicação entre dois computadores. Mathesius indicou um caminho possível para superá-la ao lançar a idéia (hoje quase banal, mas em seu tempo altamente revolucionária) de que a comunicação afeta dinamicamente nossos conhecimentos e nossa consciência das situações. Com essa concepção dinâmica da comunicação, Mathesius pôde sugerir que o dinamismo comunicativo se distribui de maneira desigual nos enunciados que efetivamente utilizamos para fins de comunicação, e assim chegou à idéia de que os enunciados comportam tipicamente uma parte menos dinâmica — o tema — e uma parte mais dinâmica — o rema. Mathesius mostrou ainda que essas duas fun-

ções comunicativas são autônomas em relação às funções sintáticas do sujeito e do predicado, e que, em inglês e em checo, são indicadas pela ordem das palavras⁹ e pela entoação. As idéias de Mathesius renderam frutos durante várias décadas; depois da Segunda Guerra Mundial foram retomadas por lingüistas como Franticek Daneš, Ian Firbas e M. A. K. Halliday, levando a uma concepção estrutural de sintaxe que consiste em descrever cada sentença em vários níveis, estabelecendo entre eles algum tipo de mapeamento marcado ou não-marcado.¹⁰ A preocupação com as funções da linguagem foi produtiva, na Escola de Praga, muito além do domínio da Perspectiva Funcional da Sentença: desde o primeiro momento, levou, por exemplo, a investigar as características da linguagem dos vários gêneros (particularmente os da comunicação estética) e criou uma abertura importante para as questões do ensino.

3.2. A glossemática

Tendo como figuras de ponta os dinamarqueses Luis Hjelmslev e Viggo Bröndal, a glossemática desenvolveu-se na Universidade de Copenhague, onde o ensinamento de Otto Jespersen tinha consolidado uma forte tradição de estudo crítico da gramática. A glossemática foi a escola de lingüística estrutural que mais conseqüentemente procurou aplicar a tese saussuriana de que as línguas se constituem como sistemas de oposições. Esta preocupação levou o próprio Hjelmslev a caracterizar exaustivamente, do ponto de vista lógico, as relações por meio das quais as línguas se estruturam, e resultou num tipo de descrição lingüística das línguas em que se dá atenção particular às relações entre as unidades, nos vários níveis de análise.¹¹

9. Um bom teste para reconhecer o tema e o rema de um enunciado consiste em perguntar a que perguntas responderia. Considerem-se, por exemplo, as seguintes sentenças:

- (i) O cachorro fez um buraco no quintal.
- (ii) Quem fez um buraco no quintal foi o cachorro.
- (iii) Quem fez um buraco no quintal?
- (iv) O que fez o cachorro?
- (v) No quintal, o cachorro fez um buraco.

Aplicado a (i)-(iv), o teste mostra que só os encadeamentos (iii)-(ii) e (iv)-(i) são adequados. Nesses pares, a parte comum à pergunta e à resposta é o tema; a parte em que a pergunta e a resposta diferem é o rema.

10. Para Halliday e Daneš, são não-marcadas as sentenças em que o sujeito gramatical, o agente e o tema coincidem numa mesma expressão (como acontece, por exemplo, na sentença (i) da nota anterior; são marcadas as sentenças em que esse mapeamento falha (por exemplo, (ii) e (v)).

11. Um desses tratamentos, que se propõe como uma aplicação fiel ao francês da axiomática lingüística de Hjelmslev, é o livro *Structure immanente de la langue française* de Knud Togeby.

No debate com as outras escolas estruturalistas, a glossemática foi às vezes acusada de ter cultivado uma preocupação excessiva com os instrumentos da análise lingüística, que a teria levado a produzir textos abstratos e de difícil aplicação, fugindo da análise propriamente dita. Esta imagem é justa apenas em parte. É verdade que os textos da glossemática (e particularmente os de seu principal expoente, Hjelmslev) não têm em geral um enfoque descritivo e são menos fáceis de ler, por exemplo, que os dos praguenses. Mas é também verdade que muitas das distinções estabelecidas por Hjelmslev são claras e de grande alcance. Já tivemos uma amostra dessa clareza quando recorremos à formulação de Hjelmslev para explicar como a forma e a substância se articulam com a expressão e o conteúdo; além dessa formulação, muitas outras surgiram no contexto da glossemática e se destinam a ficar. É em Hjelmslev, por exemplo, que encontramos o par terminológico *sintagma* vs. *paradigma*, e que a variedade de relações que se dão nesses dois eixos é objeto de uma tipologia exaustiva. É ainda em Hjelmslev que encontramos uma das mais felizes definições de *conotação*.¹² Não esqueçamos, por fim, que, tendo desenvolvido uma reflexão lingüística menos aderente ao significante, a glossemática conseguiu dar um enfoque estruturalista ao estudo da significação: remontam, de fato, a Hjelmslev as primeiras tentativas feitas pelos estruturalistas europeus de explicar a significação das palavras por meio de matrizes de traços semânticos (como no caso das palavras latinas *niger* e *ater*, que têm em comum um traço indicando a mesma tonalidade cromática, mas se distinguem por serem marcadas positiva ou negativamente quanto ao traço de “brilho”).¹³ A idéia de tratar a significação lexical por meio de matrizes de traços seria utilizada, na década de 1960, por autores como os franceses Greimas e Pottier, que exploraram inicialmente esse caminho para elaborar suas próprias versões de uma semântica estrutural. Esses dois autores fizeram escola no Brasil. Por algumas décadas foram referência, entre nós, para muitos lingüistas que se propuseram a estudar a significação das palavras — um tipo de análise que supostamente deveria enumerar os componentes últimos da significação, e que por isso ficou conhecida como “análise componencial”.

12. Para Hjelmslev, a denotação é sempre uma informação que se refere ao falante, e nós a derivamos do fato de que ele usa certas expressões, e não outras, para denotar uma determinada realidade. De alguém que se refere aos doces servidos com o café da tarde como *quitanda*, sabemos que é mineiro; de alguém que chama as crianças de *piás* ou *guris*, concluímos que é gaúcho etc.

13. Independentemente de Hjelmslev, Leonard Bloomfield, o mentor da lingüística estrutural americana, chegou à noção de traço semântico quando imaginou a possibilidade de “fatorar” o sentido das palavras, para explicar certas relações que podem ser observadas no léxico, e que lembram a “regra de três” da aritmética, por exemplo *boi + vaca = homem + mulher = cavalo + égua*.

3.3. O funcionalismo

De todos os países europeus, a França foi aquele em que o estruturalismo teve maior ressonância, um fenômeno que culminou no final dos anos 1960, num momento em que vários movimentos de contestação política chegaram a colocar em crise uma série de valores estabelecidos, naquele país. Para identificar a França com o estruturalismo, tinha contribuído, nos anos anteriores, uma orientação que se autodenominou “funcionalismo”, e foi liderada por um lingüista que tinha mantido fortes contatos com os Círculos de Praga e Copenhague: André Martinet. Os interesses dos martinetianos foram menos marcadamente teóricos que os de Hjelmslev e resultaram numa lingüística mais concreta e mais fácil de assimilar, mas talvez menos rigorosa do ponto de vista dos conceitos. Por exemplo, o termo que dá nome à escola, “função”, foi usado pelos martinetianos para dar cobertura a conceitos tão disparatados como (i) o caráter, próprio da fala, de ser um instrumento de comunicação entre as pessoas, (ii) a possibilidade de fazer referência a objetos diferentes, por meio de unidades lingüísticas diferentes; (iii) o tipo de relação gramatical liga uma unidade sintática (por exemplo, um adjunto adverbial) ao contexto sintático maior de que faz parte (por exemplo, a sentença); essa ambigüidade não chegou a incomodar Martinet e os martinetianos, e não os impediu de desenvolver um conjunto de análises que, em determinado momento, puderam ser consideradas de vanguarda. A crédito desta escola tem que ser registrada a clareza com que formulou e reafirmou a chamada “dupla articulação da linguagem” — estabelecendo que haveria em toda língua natural dois níveis de oposição (e de combinatoria): aquele em que as unidades podem ser contrastadas de modo a fazer aparecer, simultaneamente, diferenças de forma e de sentido (esta é, para Martinet, a primeira articulação, que corresponde muito aproximadamente às palavras), e aquele em que se podem pôr à mostra diferenças que apenas servem para distinguir unidades (esta é a segunda articulação, cujas unidades são os fonemas). Deve-se creditar a Martinet também o mérito de ter realizado um trabalho relativamente extenso de descrição sintática (sobretudo no fim da vida), explorando assim uma área que outros estruturalistas evitaram, pois parecia difícil transportar para ela os métodos rigorosamente saussurianos testados na fonologia.

Mas o maior mérito de Martinet vem, a meu ver, de seus estudos de fonologia diacrônica, e tem a ver com o conceito de economia. Estudando a evolução fonológica de um dialeto românico da região dos Alpes franceses, Martinet mostrou que essa evolução era regulada por um princípio de *economia* que pode ser explicado, *grosso modo*, como segue: na cadeia falada, os fonemas

sofrem uma pressão no sentido de se assimilarem aos fonemas vizinhos, o que leva ao desgaste de algumas oposições fonológicas, e à criação de algumas oposições fonológicas previamente inexistentes. Sob o efeito dessas pressões, dois fenômenos podem se manifestar: (i) algumas das oposições em que se baseia o sistema fonológico da língua podem tornar-se pouco rentáveis (no sentido de serem utilizadas apenas num conjunto muito restrito de ambientes, e portanto serem responsáveis por um número limitado de oposições); nesse caso sua tendência é desaparecer; (ii) outras oposições podem tornar-se mais rentáveis, e nesse caso a tendência do sistema é generalizar seu uso. Em suma, o sistema fonológico se mantém graças a uma economia interna, baseada numa relação de custo e benefício, que é precisamente o que Martinet chamou de economia. Ao formular este princípio, Martinet subordinava a explicação de fenômenos que até então pareciam imprevisíveis e desconhecidos à compreensão do sistema em que esses fenômenos se inserem; seu raciocínio mostrava que o que evolui na língua não são elementos isolados, mas sim as estruturas, e, mais ainda, que é possível esperar ou predizer a evolução da estrutura analisando as propriedades que ela apresenta, quando descrita em termos rigorosamente sincrônicos. Esse não era apenas um raciocínio tipicamente estruturalista, era uma descoberta que representava um passo enorme em relação à concepção de lingüística diacrônica exposta no *Curso de lingüística geral*. Como já foi mencionado neste texto, o *Curso de lingüística geral* afirmava categoricamente que as línguas evoluem através de alterações estritamente locais, retomando uma velha tese do século XIX segundo a qual as mudanças lingüísticas são sempre pontuais.

3.4. Roman Jakobson

A última grande figura que evocaremos neste panorama dos estruturalismos europeus é Roman Jakobson. O fato de ser a última figura que evocaremos nesta parte de nosso texto, não significa que ele tenha sido um autor menos importante ou menos merecedor de nosso interesse, muito pelo contrário. Jakobson deixou uma obra vasta que continua parcialmente desconhecida, e teve com o Brasil uma relação muito rica, particularmente pelo interesse que lhe despertava o movimento da poesia concreta, em que via uma forma de realização de suas idéias sobre os usos estéticos da linguagem.

O conjunto de interesses lingüísticos que Jakobson cultivou seria resumido por ele próprio na fórmula “*linguista sum, linguistici a me nihil alienum puto*” que imita, aplicando-a à linguagem, uma definição clássica do humanis-

mo “*humanus sum, humani a me nihil alienum puto*” (“Sou humano, acho que tudo que é humano tem a ver comigo”), dada por um escravo numa comédia do teatrólogo latino Terêncio). Essa fórmula, que seria excessivamente ampla para caracterizar os interesses de qualquer outro lingüista, não é exagerada como avaliação da pluralidade de campos em que Jakobson fez contribuições originais: com efeito, produzindo por quase um século,¹⁴ ele refletiu sobre temas que vão desde a fonologia até a linguagem da poesia, desde a aquisição da linguagem dita “normal”, até a patologia lingüística. Deixou estudos descritivos sobre línguas diversas e elaborou noções de grande alcance teórico. A despeito da diversidade dos assuntos a que se aplicou, e do fato de ter sido divulgada sobretudo na forma de artigos e ensaios curtos, a reflexão lingüística de Jakobson é altamente integrada. Se nos perguntarmos, por exemplo, o que tem a ver sua fonologia com a aquisição da linguagem ou com a patologia, encontraremos respostas surpreendentemente claras e interessantes. Originariamente, a fonologia de Jakobson era a de seu companheiro de exílio, Troubetzkoy, e recorria à noção de fonema, distinguindo os fonemas por meio de traços articulatórios. Ao chegar aos Estados Unidos, contudo, Jakobson passa a trabalhar a fonologia num enfoque criado pelo propósito de desenvolver a telefonia, e portanto atento às propriedades acústicas dos sons. Lançando mão da técnica de ponta da época — as análises espectrográficas produzidas pelo sonógrafo — Jakobson e colaboradores chegaram a visualizar as diferenças entre os fonemas como o efeito de combinar um número mínimo de traços acústicos de natureza binária.¹⁵ Com isso, a lingüística passou a reconhecer como parte integrante de qualquer língua um nível de combinatória ainda mais básico que o dos fonemas — o dos traços distintivos, agora definidos em termos rigorosamente acústicos. Ficava assim reforçada a idéia de que a linguagem se organiza como uma escala de níveis de complexidade crescente, em que as unidades de nível inferior funcionam como peças na construção das unidades do nível imediatamente superior. Coube ao próprio Jakobson mostrar que a fonologia acústica não era apenas uma representação útil para os fins “técnicos” que haviam levado à sua descoberta; ele mostrou, com efeito, que a assimilação progressiva dos traços permite reconsti-

14. A trajetória intelectual de Jakobson começa na Rússia pré-revolucionária, onde Jakobson participou do chamado Círculo Lingüístico de Moscou; passa, entre as duas guerras, pelo Círculo Lingüístico de Praga, e termina com sua morte nos anos 1980, quando Jakobson ocupava uma cátedra na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América. Depois da Segunda Guerra Mundial, Jakobson esteve a ponto de ser contratado pela Universidade de São Paulo, então recém-criada.

15. A saber, ± *vocálico*, ± *consonântico*, ± *compacto*, ± *difuso*, ± *grave*, ± *bemolizado*, ± *vozeado*, ± *contínuo*, ± *estridente*, ± *nasal*.

tuir as etapas que a criança percorre na aquisição da linguagem, assim como define a ordem em que se dá sua perda nos falantes acometidos de afasia. Ao fazê-lo, ele mostrou que no nível dos traços e dos fonemas funcionam alguns processos combinatórios que tiram partido de duas relações fundamentais: a contigüidade e a similaridade, as mesmas relações que, em outros níveis, garantem o funcionamento da gramática, e dão origem a figuras de linguagem fundamentais, da metáfora e da metonímia... Seria difícil imaginar uma concepção de linguagem mais coesa.

Mas isso não é tudo. Na figura de Jakobson, ao caráter amplo, variado e fortemente coerente de sua produção, soma-se uma intensa convivência com escritores, poetas e tradutores, e isso lhe permitiu perceber alguns dos impasses em que poderia incorrer um estruturalismo estreito, e propor para eles saídas mais interessantes. Já vimos um exemplo notável disso, pois foi Jakobson quem propôs para o problema teórico da tradução a solução que apresentamos no parágrafo 2.5. Conforme lembramos naquela altura, o estruturalismo depara com o problema da tradução quando, depois de aceitar a tese saussuriana da arbitrariedade em sua versão mais radical, cede à tentação de afirmar que os falantes são prisioneiros do código: juntas, as duas teses levam a concluir que a tradução é impossível. Jakobson desfaz magistralmente o impasse, afirmando (na esteira de Franz Boas) que, em qualquer língua humana, tudo pode ser expresso, e que as línguas não se distinguem por aquilo que podem dizer (pois todas podem dizer tudo) mas por aquilo que nos obrigam a dizer, quando queremos expressar algo.

À sua maneira — uma maneira particularmente brilhante — Jakobson foi funcionalista. Fiel à herança dos praguenses, assimilou a intuição de Bühler de que seria possível distinguir as funções da linguagem atentando para o maior ou menor relevo dado aos vários fatores de uma mensagem típica, e assim chegou a construir o conhecido quadro das funções da linguagem em que se define a função conativa pelo realce dado à figura do receptor, a função expressiva pelo realce dado ao falante, a função fática pelo realce dado ao canal (ao controle dos ruídos), a função informativa pelo maior valor dado ao referente e assim por diante. A grande novidade desse quadro era, evidentemente, a possibilidade de pensar num tipo de mensagem que retém a atenção dos interlocutores por suas próprias características. Essa possibilidade se harmoniza bem com a crença (que sempre foi muito forte em estética) de que a arte não pode ter finalidades práticas. Não admira, assim, que ela tenha dado origem a uma importante linha de análise das mensagens literárias, segundo a qual o texto poético não é aquele que nos interessa pelo assunto, mas sim aquele que nos atrai pelo tratamento

que dá à linguagem, ou seja, por suas características de composição. Idéias como esta valeram a Jakobson um título de que ele se orgulhava, e que corresponde bem à maneira como é representado até hoje no Brasil: de ter sido o poeta da lingüística e o lingüista dos poetas.

4. O ESTRUTURALISMO FORA DA LINGÜÍSTICA

Antes de passar para o “estruturalismo americano”, convém chamar a atenção para o fato de que, na Europa e na América do Sul, o apogeu do estruturalismo coincidiu com um momento da história das idéias em que a lingüística foi encarada como a matriz possível de toda a atividade científica, ou pelo menos de todas as ciências que se propõem a analisar algum tipo de comunicação. Obviamente, todas as ciências humanas, na medida em que lidam com valores e representações, analisam algum tipo de troca simbólica, e isso fez com que muitos autores que atuavam nesse campo aderissem ao estruturalismo. Entre as disciplinas que reformularam suas tarefas tomando como modelo a lingüística, estiveram a antropologia (Lévi-Strauss), a sociologia, a estética, o estudo da moda (Barthes) e, evidentemente, a teoria literária (com a “redescoberta” dos escritos dos teóricos da literatura russos e checos conhecidos como “formalistas”, ou das análises de contos de fadas do russo Wladimir Propp, que por sua vez inspiraram autores como Greimas, Barthes, Brémond e Todorov um tipo particular de análise das narrativas literárias e cinematográficas). Estas e outras disciplinas, em determinado momento, realizaram avanços espetaculares, valendo-se de métodos semelhantes aos que vinham sendo aplicados pela lingüística ou, mais exatamente, pela fonologia (com Troubetzkoy e Martinet), que era vista, no interior da própria lingüística, como uma espécie de disciplina-piloto. Mas a influência do estruturalismo não se limitou às ciências humanas. Usando um conceito ampliado de troca simbólica não é difícil reconhecer que há algum tipo de troca simbólica também nos fenômenos estudados pelas ciências exatas e biológicas. Assim, uma disciplina aparentemente tão distante do estudo lingüístico como a biologia, viu-se repentinamente interessada em reinterpretar à luz das noções de código e mensagem algumas de suas doutrinas, em particular aquelas que tratam da transmissão do código genético. Em suma, se o estruturalismo projetou a lingüística foi também porque a lingüística conseguiu fornecer às outras ciências modelos estruturais de análise que foram por algum tempo moeda de troca num intenso intercâmbio interdisciplinar. Há nisso muita riqueza, mas qualquer tentativa de entrar em detalhes nos levaria muito longe de nosso propósito inicial de limitar a exposição ao âmbito da lingüística.

5. O ESTRUTURALISMO AMERICANO

Quando se fala em “estruturalismo americano” pensa-se num amplo espectro de trabalhos que foram realizados nos Estados Unidos da América entre as décadas de 1920 e 1950, e em autores que cultivaram interesses de pesquisa bastante diversificados. É certamente injusto tratar desses autores em conjunto, como teremos que fazê-lo aqui, por razões de espaço. A forma de exposição que adotamos nos obrigará, além do mais, a dar uma importância maior àquilo que esses autores afirmaram em termos de propósitos e programas, desconsiderando um amplo trabalho de descrição e análise que, ao contrário, mereceria a maior atenção. Não faltam, contudo, características comuns, que definem o que poderíamos chamar de “estilo de época”, e essas características ficam ainda mais visíveis quando são postas em contraste com a lingüística chomskiana.¹⁶

Entre os interesses que marcaram o estruturalismo americano costuma-se incluir o projeto dos lingüistas desse período de descrever exaustivamente as línguas indígenas do continente — uma tarefa de grande urgência que já vinha sendo objeto de preocupação desde a década de 1920 (por parte de autores como Franz Boas e Edward Sapir), e que às vezes se confundiu com o plano de desenvolver métodos para o estudo de todas as línguas ágrafas — um objetivo que sempre esteve na ordem do dia das instituições interessadas em catequese religiosa.

Diante das línguas a serem estudadas, os pesquisadores americanos desse período sentiram-se comprometidos em realizar uma tarefa eminentemente descritiva, que deveria, tanto quanto possível, evitar a interferência dos conhecimentos prévios do lingüista (por exemplo, sua formação em gramática inglesa, ou das línguas greco-latinas). Essa orientação correspondia à crença de que cada língua tem uma gramática própria, a qual se viu reforçada, nos anos 1950, pela simpatia que despertaram as teses “relativistas” de Benjamin Lee Whorf, segundo as quais as diferenças lingüísticas determinam diferenças no modo como as várias culturas representam a realidade.

Na afirmação de que cada língua tem sua própria gramática, e na recomendação de que as categorias gramaticais sejam extraídas “dos dados”, e não

16. O contraste entre a lingüística estrutural americana e o gerativismo chomskiano é tema de vários trabalhos escritos na década de 1960. Para entender o que estava em jogo nesses debates, sugerimos que se leia o texto “Linguistique structurelle et philosophie des sciences”, de Emmon Bach (in Benveniste et alii, *Problèmes du langage*, Paris: Gallimard, 1966: 117-136) em contraponto com o livro de Charles Hockett, *The state of the art*, Haia: Mouton, 1968.

buscadas na tradição ou em experiências prévias de análise, é difícil não ver, sob uma outra roupagem, uma reafirmação da tese saussuriana da arbitrariedade. Mas os estruturalistas americanos não se reconheceram como saussurianos; sua referência intelectual é Leonard Bloomfield. Em sua obra mais influente, *Language* (1933), Bloomfield defendia explicitamente que “as únicas generalizações úteis a respeito da linguagem são de ordem indutiva”. Era uma forma de evitar que o lingüista tentasse dominar os dados por meio de sua intuição pessoal, lançando hipóteses que, por serem de ordem mental ou psicológica, corriam o risco de ficar sem “prova”, isto é, sem confirmação empírica. Por um raciocínio análogo, Bloomfield chegou à conclusão de que o sentido — que é mental, e portanto faz parte da psicologia individual — não poderia ser estudado cientificamente. Recomendou que o estudo do sentido fosse adiado até que a ciência tivesse produzido uma descrição exaustiva do mundo;¹⁷ o peso dessa exclusão foi tão forte que, por algumas décadas, nos Estados Unidos, a semântica marcou passo; e a lingüística estrutural americana foi tipicamente avessa ao estudo do sentido.

Chegamos assim a uma situação que vem às vezes descrita nos manuais,¹⁸ na qual a língua que se pretende descrever é tipicamente tratada como uma língua totalmente desconhecida. Ela se apresenta então ao lingüista exatamente como se apresentaria ao leigo que a desconhece: um emaranhado de sons desorganizado e sem nexos. À diferença do leigo, o lingüista precisa tornar visíveis suas regularidades. Mas como? Os lingüistas americanos pré-Chomsky acreditaram tipicamente na necessidade de dispor de uma amostragem alentada da língua a ser estudada. Preconizaram, pois, como primeira tarefa que todo lingüista deveria enfrentar, a constituição de um *corpus* de sentenças ou de textos daquela língua. Em seguida, obedecendo à orientação de Bloomfield, imaginaram que algum processo indutivo de generalizações sucessivas poderia reduzir o *corpus* a uma “representação compacta”.

Vários procedimentos foram de fato pensados para pôr em prática essa parte do programa de pesquisa. Opto por falar aqui do que foi proposto por Zellig Harris (1951) porque, sendo extremamente radical, deixa mais visíveis os compromissos que o motivaram. Harris toma ao pé da letra a idéia de que a análise da língua não deve contar com qualquer informação prévia e evita, por isso, considerar o sentido; nessas condições, quando a análise começa, o lin-

17. Nesse momento, o estudo científico do sentido seria possível, segundo Bloomfield. (Mas o estudo do sentido seria então desnecessário, porque as ciências teriam dado conta do significado de todas as palavras.)

18. Por exemplo, Gleason, 1955.

güista dispõe apenas de um *corpus* (possivelmente um *corpus* de extensão considerável, por exemplo o conjunto de todas as emissões radiofônicas que foram ao ar num país durante um mês); o lingüista sabe ouvir, mas não sabe, por definição, quais são as unidades lingüísticas da língua em estudo. Seu primeiro problema é, então, o de segmentar o *corpus*, ou seja, transformar o que ouve no gravador em seqüências discretas de unidades. (É, de certo modo, o que fazemos corriqueiramente quando escrevemos uma língua conhecida mas — não esqueçamos — aqui se trata de línguas desconhecidas, e os textos estudados são textos falados, não escritos.) O recurso de que Harris lança mão para segmentar, consiste em substituir aleatoriamente trechos do *corpus* com duração determinada (em milissegundos) por outros trechos do *corpus* que tenham a mesma duração, controlando mediante a avaliação de um falante nativo se a alteração “modificou” o trecho inicialmente dado. Segundo Harris, seria possível, por esse método, definir uma noção de equivalência que dispensa o recurso ao sentido e que permite, em dois momentos diferentes, encontrar os fonemas e os morfemas da língua, desde que o *corpus* seja suficientemente amplo e representativo.

O método proposto por Harris vale, em princípio, para qualquer língua (e, particularmente, para aquelas que nunca foram escritas) e, independentemente de ser prático ou não, é um bom exemplo de como os estruturalistas americanos confiaram na possibilidade de desenvolver procedimentos que, aplicados aos dados de uma língua desconhecida, forneceria sua estrutura ao final de uma série controlada de operações (os chamados “procedimentos de descoberta”) em que o lingüista faz o menor apelo possível à sua própria intuição. Exemplifica também um outro pressuposto da lingüística descritiva americana: a crença de que a propriedade que melhor define uma unidade lingüística é a maneira como essa unidade se combina com as demais na cadeia falada. Essa propriedade, que é conhecida pelo nome técnico de *distribuição*, teve um papel central na lingüística descritiva americana. Ela foi usada para dar respostas a problemas antigos, como por exemplo o problema de distribuir as palavras em “partes do discurso” ou o problema de definir a sinonímia (o substantivo, o adjetivo, o verbo etc. foram caracterizados através de suas propriedades distribucionais, como palavras que entram em determinados ambientes sintáticos e não outros; a sinonímia foi definida como a capacidade que têm duas expressões diferentes de aparecer exatamente nos mesmos ambientes lingüísticos). É ainda considerando a distribuição que se chega ao modelo de sentença mais prestigiado nessa “escola”, o modelo de constituintes imediatos, que leva a representar a estrutura da sentença através de árvores sintagmáticas. Com efeito, a análise da sentença em constituintes imediatos tem por fundamento último a possibilidade (confir-

mada em tese pelo *corpus*) de substituir uma seqüência de unidades por uma única unidade.¹⁹

Afirmado sua confiança nos dados do *corpus*, representando o trabalho do lingüista como uma construção indutiva que se faz por etapas, colocando sob suspeita o recurso ao sentido e às hipóteses gerais sobre a natureza da linguagem, dando atenção prioritária à distribuição, a lingüística descritiva americana criou um tipo de ciência que valorizava a singularidade das línguas e, à sua maneira, era profundamente imanentista (= as explicações sobre a linguagem devem ser procuradas nos objetos lingüísticos, não em objetos de outra natureza). Há nisso tudo pontos comuns com os estruturalismos europeus, mas uma compreensão mais profunda das semelhanças e diferenças exigiria um enorme trabalho de recuperação, do qual, nos limites desta apresentação, só é possível apontar o interesse.

6. O ESTRUTURALISMO ENCARA SEUS LIMITES

No final dos anos 1960, justamente quando sua importação começava a impulsionar a criação de uma disciplina lingüística autônoma no Brasil, o paradigma estruturalista já estava dando no hemisfério norte, claros sinais de esgotamento. No caso do estruturalismo europeu, esses sinais manifestaram-se na forma de revisões ou de ataques abertos que, de um modo ou de outro, apontavam para um fato crucial: o estruturalismo havia levado a desconsiderar aspectos dos fenômenos lingüísticos que são essenciais para a sua compreensão, e estava funcionando como um *handicap* para a investigação. Uma dessas propostas de revisão provém de Émile Benveniste, um autor que, embora tenha trabalhado no sentido de aperfeiçoar e divulgar o programa saussuriano, e possa, nesse sentido, ser considerado um representante importante da escola, era bastante diferenciado, por seus interesses²⁰ e por seus sólidos conhecimentos em lingüís-

19. A idéia é que, num *corpus* realmente representativo, serão encontradas seqüências como

- (i) *o menino de olhos grandes veio,*
- (ii) *ele veio,*
- (iii) *ele veio ontem,*
- (iv) *ele veio ontem porque precisou etc.*

nessas seqüências, “ele” comuta com “o menino de olhos grandes”, e isto prova que “o menino de olhos grandes” é um constituinte; “veio ontem” comuta com “veio” e assim se mostra que “veio ontem” é um constituinte etc.).

20. À frente de seu tempo, Benveniste interessou-se por problemas de filosofia da linguagem, e foi um dos primeiros autores a publicar em francês sobre temas como os atos de fala e os delocutivos.

tica histórica indo-européia. A grande crítica de Benveniste é que o estruturalismo teria negligenciado o papel essencial que o sujeito desempenha na língua. Uma inteira seção de seu livro *Problemas de lingüística geral* (obra publicada em 1966, em que se reúne uma produção de cerca de 30 anos) mostra que algumas estruturas centrais em qualquer língua (como o sistema dos pronomes ou o dos “tempos” do verbo) deixam de fazer sentido se a língua for descrita sem referência à fala e aos diferentes papéis que os falantes assumem na interlocução. Mostrou, dessa forma, que a fala está representada e por assim dizer prevista no sistema da língua.

Uma outra crítica visava diretamente à distinção feita pelos alunos de Saussure entre sincronia e diacronia, e partiu do lingüista romeno Eugenio Coseriu. Para Coseriu, a possibilidade de delimitar uma sincronia é, até certo ponto, uma ficção, pois a todo momento, em qualquer língua, convivem mecanismos gramaticais e recursos lexicais que são fruto de diferentes momentos da história. O velho convive com o novo, e é essa convivência de fragmentos de velhos sistemas com fragmentos de novos sistemas que caracteriza um estado de língua dado. Por isso, diz Coseriu, o lingüista estará lidando o tempo todo com *pancronias*. Coseriu revisou também a oposição *língua (sistema lingüístico) x fala*: entre a fala e o sistema, sugere que se considere uma instância intermediária, muito mais operacional e psicologicamente mais real que a própria língua: a norma.

Bem menos conciliador é o tom das críticas que o estruturalismo passou a receber, a partir do fim dos anos 1960, de uma orientação de pesquisa que se tornaria conhecida na década seguinte pelo nome de “análise do discurso”. Diz Michel Pêcheux, no livro que costuma ser tomado como o marco inicial dessa orientação:²¹

Até (...) o Curso de Lingüística Geral, estudar uma língua era, no mais das vezes, estudar textos (...) a ciência lingüística clássica propunha-se a ser simultaneamente ciência da expressão e ciência dos meios dessa expressão, e o estudo gramatical e semântico estava a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os “meios de expressão” estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender). Nessas condições, se o homem compreende o que diz seu semelhante, é porque ambos são, em alguma medida, “gramáticos”, enquanto o especialista em linguagem só pode fazer ciência porque, como qualquer um, é capaz de expressar-se. Ora, o deslocamento conceitual introduzido por F. de Saussure consiste precisamente

21. Pêcheux, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969: 1-2.

em quebrar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da língua: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, ela deixa de ser compreendida como tendo a **função** de expressar um sentido; torna-se um objeto de que uma ciência pode descrever o **funcionamento**. (...) A consequência desse deslocamento é, como se sabe, a seguinte: o “texto” não pode de maneira alguma ser objeto pertinente para a lingüística, porque ele não funciona — o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regradas com base em elementos definidos, e os mecanismos mobilizados têm dimensões inferiores ao texto: a língua, como objeto de ciência, se opõe à fala, resíduo não científico da análise.

Como se pode ver, Pêcheux diz sem meias palavras que a lingüística saussuriana, retirando-se do campo da *parole*, teria transformado todos os fenômenos textuais e semânticos numa espécie de terra de ninguém. Ao descartar a fala como objeto de estudo científico, Saussure teria destruído simultaneamente a) a possibilidade de uma lingüística textual e b) a possibilidade de uma análise científica do sentido dos textos. A força dessas críticas depende, é claro, de onde exatamente é traçado o limite entre *langue e parole*; mas em 1969, quando Pêcheux publicou o texto acima reproduzido, era mais ou menos consensual que a lingüística deveria tratar apenas de objetos lingüísticos estruturados por relações de conexão sintática.

Outra crítica do mesmo Pêcheux tinha como alvo esta célebre passagem de Jakobson (1963: 47):

(...) há na combinação das unidades lingüísticas uma escala ascendente de liberdade. Na combinação dos traços distintivos em fonemas, a liberdade do locutor individual é nula: o código já estabeleceu todas as possibilidades que se podem usar na língua em questão. A liberdade de combinar os fonemas formando palavras é circunscrita, limitada à situação marginal da criação de palavras. Na formação das frases a partir de palavras, a restrição a que está sujeito o locutor é menor. Por fim, na combinação das frases em enunciados, a ação das regras restritivas da sintaxe deixa de ter efeito, e a liberdade do locutor individual fica substancialmente acrescida, embora não se deva subestimar o número de enunciados estereotipados.

Para Pêcheux, esta passagem resumia de maneira exemplar o modo equívoco como os estruturalistas representaram a liberdade lingüística. Em sua opinião, essa representação era equívoca no que diz respeito aos níveis inferiores (fonemas, morfemas), porque nestes há liberdade, ou pelo menos criatividade; e também era falsa para os enunciados de um discurso, porque estes são

sancionados como aceitáveis ou anômalos em função das condições ideológicas em que são produzidos e recebidos, e a ideologia obriga a considerar as formações sociais, onde a significação não é nem individual (como na *parole* saussuriana) nem universalmente compartilhada (como na *langue* de Saussure). Aqui também a crítica é clara: ao situar as unidades do discurso na *parole*, representando-as como criações inteiramente livres, o estruturalismo teria utilizado uma idéia de liberdade individual que não tem nada a ver com a prática social, e que, de fato, se prestava a um papel de mascaramento ideológico. Hoje, seria talvez possível responder a Pêcheux que acabou surgindo uma lingüística do texto que trata de coesão em termos que não têm a ver com ideologia,²² e que a própria análise do discurso tem interesse em conviver com a descrição estrutural, porque não deixa de ser através da sintaxe e do vocabulário dos textos que a ideologia se revela. Seja como for, na época, porém, as cobranças feitas pela análise do discurso tiveram um impacto enorme. Começava aí, precisamente dentro da lingüística francesa, um processo em que o estruturalismo figurava como réu — por ter preconizado uma análise que se esgota no exame de características internas da própria linguagem, concebida como sistema; por ter tratado da significação sem levar em conta os fatores ideológicos e políticos, em suma, por não ter considerado a história. Como se pode ver, não se tratava mais de propostas de revisão: a crer na análise do discurso, o estruturalismo sofria de um vício capital incontornável.

Críticas como essas acabaram aos poucos revelando uma face do estruturalismo lingüístico para a qual dificilmente as pessoas teriam atentado duas décadas antes, quando o movimento se afirmou reagindo aos impasses e aos excessos do historicismo herdado do século XIX. Foram então percebidos como problemas três traços do estruturalismo que já vinham sendo criticados em outras áreas do conhecimento: seu caráter anti-historicista, anti-idealista e anti-humanista. Esses traços são inerentes ao estruturalismo enquanto atitude filosófica, e não há como negá-los. Como lembra um filósofo de orientação existencialista, contemporâneo dos debates aqui descritos:²³

(...) contra o historicismo, que é substancialmente uma consideração longitudinal da realidade, isto é, uma interpretação desta em termos de devir, desenvolvimento e progresso, o Estruturalismo afirma o primado de uma concepção transversal

22. Essa lingüística do texto tem como um de seus marcos iniciais o livro de M. A. K. Halliday e R. Hasan, *Cohesion in spoken and written English*. London: Longman, 1976.

23. Abbagnano, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982. (Verbete “Estruturalismo”).

(cross section), isto é, de uma concepção que considera a própria realidade como um sistema relativamente constante e uniforme de relações. (...) Contra o idealismo, o Estruturalismo afirma a objetividade do sistema de relações, o qual, mesmo quando é concebido como construção científica, não é reduzido a um ato ou a uma função subjetiva, mas assume a função fundamental de explicar o maior número possível de fatos constatados. Enfim, contra o humanismo, o Estruturalismo afirma a prioridade do sistema em relação ao homem: das estruturas sociais em relação às escolhas individuais, da língua em relação ao falante singular e, em geral, da organização econômica ou política em relação às atitudes individuais, e apresenta a exigência de encontrar no sistema em que o indivíduo está inserido os limites e as condições dentro das quais pode mover-se para renovar ou transformar o próprio sistema.

Não é difícil perceber que as críticas de Pêcheux atingiam o estruturalismo como prática lingüística atacando seus pressupostos filosóficos. Isso explica, evidentemente, a repercussão que elas tiveram na Europa.

Por sua vez, a partir dos anos 1960, a lingüística descritiva americana viu-se desalojada da posição de prestígio de que havia desfrutado entre as duas guerras devido ao advento da lingüística chomskiana. Antigo aluno de Harris, Chomsky comandou desde então uma revolução científica que atingiria em cheio o estruturalismo americano, atacando seus princípios mais fundamentais. Do ponto de vista teórico, a lingüística chomskiana opôs-se à lingüística descritiva americana por propor à consideração dos estudiosos um novo objeto de estudo, a competência sintática, entendida como uma capacidade ou disposição dos falantes, ou seja, como um objeto mental. Isso implicava que a lingüística não deveria mais tratar daquilo que se observa, mas sim interessar-se por alguma coisa que não é imediatamente acessível aos sentidos, e é até certo ponto misteriosa. Depois de quase meio século, o princípio bloomfieldiano de evitar os objetos mentais, soou falso. Apelando para argumentos como o da pobreza do estímulo,²⁴ Chomsky também declarava obsoletas as explicações behavioristas acerca da aquisição da linguagem, às quais substituía uma explicação inatista (aprendemos línguas, mas já conhecemos em grande medida sua gramática, como parte de nosso equipamento biológico). A diversidade das línguas apare-

24. O argumento da pobreza do estímulo afirma que o tanto de linguagem a que uma criança é exposta até dominar completamente sua língua materna não é suficiente para explicar a rapidez e a perfeição com que a aquisição da linguagem se processa. Para explicar a aquisição o gerativismo postula que a criança traz, como parte de seu equipamento biológico, uma gramática universal que poderá assumir formas diferentes conforme a língua a que a criança é exposta (ver o capítulo *O empreendimento gerativo*, neste volume).

ceu de repente como um fato relativamente superficial, bem menos interessante do que sua profunda semelhança.

À nova representação da linguagem correspondeu uma nova metodologia de investigação. Para dar conta da capacidade dos falantes de distinguir entre sentenças bem e mal formadas, Chomsky recorreu a instrumentos de cálculo parecidos com os que são familiares aos lógicos²⁵ e isso o levou a entender as gramáticas como sistemas formais especialmente construídos para gerar²⁶ todas e apenas as sentenças bem formadas de uma língua. No contexto desse enfoque — no qual se trata de projetar dispositivos matemáticos que gerem todas as sentenças bem formadas de uma língua e nenhuma outra — perde-se a idéia de que a gramática tem a função de “compactar” os dados de um *corpus*; a própria noção de *corpus* se torna até certo ponto supérflua e às metodologias indutivas — até então as únicas merecedoras de crédito — se substituem metodologias hipotético-dedutivas.

A lingüística chomskiana é em si mesma um capítulo fascinante da história das idéias; suas realizações são tão amplamente reconhecidas que as resistências e as polêmicas que lhe foram opostas pelos estruturalistas americanos nos anos 1960 aparecem, hoje, como um episódio menor. Aqui, lembraremos apenas que, por algum tempo, a gramática gerativa foi tratada pelos estruturalistas europeus como um novo estruturalismo, que atendia melhor do que qualquer outro tratamento da linguagem até então proposto ao propósito de matematização lançado por Hjelmslev. É o caso também de lembrar que alguns problemas que haviam preocupado os estruturalistas americanos encontraram soluções simples e elegantes no quadro da teoria gerativa (por exemplo, o risco de não aplicar à força a qualquer língua os conceitos da gramática greco-latina ficava automaticamente afastado com a adoção de uma formalização de inspiração matemática); além disso, a lingüística chomskiana se mostrou capaz de

25. Em visita ao Brasil, depois de uma conferência proferida em São Paulo, alguém perguntou a Roman Jakobson quem vinha a ser o lingüista Noam Chomsky. Sua resposta, “Mas não é um lingüista, é um lógico!”, mostra bem a dificuldade que muitos tiveram para assimilar a nova orientação, e a distância que perceberam entre estruturalismo e gerativismo.

26. O adjetivo *gerativo*, tal como é usado na expressão *gramática gerativa*, é um termo matemático. Os matemáticos dizem, por exemplo, que dado um axioma *b* e uma regra de formação *b @ aba*, é possível gerar seqüências de comprimento arbitrário com a forma

b
aba
aabaa
aaabaaa
etc.

incorporar parte do conhecimento acumulado pela investigação de campo da geração anterior: o caso mais evidente foram as semelhanças apontadas para as mais diferentes línguas do mundo pela teoria dos “universais lingüísticos”, que puderam ser reinterpretadas de forma elegante no contexto da teoria chomskiana de princípios e parâmetros).²⁷

Seja como for, diante do gerativismo, a lingüística estrutural americana foi perdendo progressivamente terreno. As orientações que se opõem hoje a Chomsky, na América do Norte, não são continuação do estruturalismo bloomfieldiano; constituem antes a preocupação de tratar da história da língua (dando relevo, por exemplo, aos processos de gramaticalização), ou de representar a linguagem como uma forma de conhecimento em que o papel central não é exercido por operações de tipo matemático, mas por processos de tipo analógico (como a metáfora, a organização da experiência em torno de protótipos e a criação de espaços mentais). Nesse contexto, dos antigos estruturalistas, sobreviveram apenas os que se singularizaram por sua genialidade, revelada no mais das vezes na contribuição que fizeram a campos ou ao estudo de assuntos específicos (como Dwight Bolinger, Eugene Nida, Joseph Greenberg, Bernard Bloch, Rulon Wells e alguns outros).

EPÍLOGO: ALGUNS SALDOS PARA A LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

São poucos, hoje, os lingüistas brasileiros que estariam dispostos a declarar-se publicamente estruturalistas. Há, em nosso meio, muitos “funcionalistas”, mas esse termo identifica modos de fazer ciência que não remetem imediatamente aos vários funcionalismos de inspiração saussuriana de que se falou neste texto (isto é, a Martinet, aos praguenses ou mesmo à glossemática), nem ao distribucionalismo de Bloomfield. O que os funcionalistas brasileiros de hoje têm em comum é mais provavelmente o fato de que suas pesquisas não seguem a gramática chomskiana e a disposição para incluir em seus programas de pesquisa a descrição dos aspectos pragmáticos da linguagem.²⁸ Devemos então pensar que o estruturalismo desapareceu no Brasil sem deixar vestígios?

Sem dúvida, desapareceu o clima de entusiasmo dos anos 1960. Naquela época, os adeptos da nova ciência exageraram a importância de alguns autores

27. Para uma idéia de conjunto sobre os resultados que a investigação havia alcançado no início dos anos de 1960 em matéria de universais lingüísticos, veja-se Greenberg, J. *Universals of language*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1963.

28. Ver o capítulo *O funcionalismo em lingüística*, neste volume.

que eles haviam tomado por modelo, dedicando-lhes um culto nem sempre compatível com seus méritos. O tempo se encarregou depois de reduzir alguns desses autores a dimensões bem mais modestas. Mas, junto com autores de importância discutível, o entusiasmo de nossos primeiros lingüistas contribuiu também para divulgar algumas crenças e fixar algumas preocupações que constituem um saldo positivo, e que ficaram.

Em primeiro lugar, o estruturalismo instaurou a crença de que a língua portuguesa tal como é falada e escrita no Brasil deveria ser tomada como objeto de *descrição*, contrariando uma longa *tradição normativa*. A nova atitude afetou antes de mais nada os estudos do português padrão, que passou a ser descrito mediante instrumentos inspirados, direta ou indiretamente, nos princípios de pertinência; isso fez com que aparecessem, em pouco tempo, representações confiáveis do sistema fonológico e dos principais recursos morfológicos (por exemplo, a flexão nominal e a conjugação do verbo) utilizados pelo português padrão. A adoção de uma atitude descritiva, por outro lado, permitiu que as variedades não-padrão da língua fossem consideradas como objetos legítimos de análise. Quando o estudo da língua segue uma orientação normativa, é fácil acreditar que somente a variedade padrão é sistemática, e que tudo mais é “erro” ou “corrupção” dessa variedade. Quando, ao contrário, prevalece a atitude descritiva, descobre-se naturalmente que as variedades não-padrão não têm necessariamente uma estrutura pobre ou ineficiente, têm apenas uma estrutura diferente.²⁹

Sugerindo que nos falares sem prestígio social há regularidades a explicar (e não “corruptelas” a lamentar), o estruturalismo fez com que ganhassem dignidade plena, enquanto objetos de estudo, muitos aspectos da realidade lingüística brasileira que até então haviam recebido uma importância menor por parte dos estudiosos da linguagem: aí se incluem as línguas indígenas, as línguas e os dialetos trazidos pelos africanos e pelos europeus e as inúmeras variedades regionais do português (que começaram a ser levantadas por várias equipes interessadas em construir atlas lingüísticos de diferente abrangência, a partir da experiência pioneira do *Atlas prévio dos falares bahianos*, de Néelson Rossi).

29. Por exemplo, nas variantes sub-padrão do português brasileiro, a conjugação verbal se reduz às vezes a duas formas: *eu falo* ≠ *ocê/nóis/ocêis/eles fala*; para quem adota uma perspectiva normativa, isso caracteriza uma “perda da conjugação” a ser lamentada; para quem apenas descreve os fatos, fica evidente, ao contrário, que essa variedade da língua apenas dispensa algumas desinências verbais que seriam de toda maneira redundantes em relação ao sujeito gramatical. Que a ausência de desinências verbais redundantes não compromete o bom funcionamento de uma língua fica evidente quando se pensa que o francês (com o paradigma *parle/parle/le/parle*) e o inglês (com o paradigma *speaks/speaks*) funcionam muito bem, e são muito mais parecidos com o português subpadrão do que com o português padrão.

Considerando tudo isso, podemos dizer que o estruturalismo contribuiu para dotar a lingüística brasileira de uma nova “agenda”. Fica evidente que essa agenda era praticável e fecunda se olharmos para a produção do principal lingüista brasileiro do período, Joaquim Mattoso Câmara Jr. A obra de Mattoso Câmara Jr. começa antes do estruturalismo e inclui temas que, numa visão estruturalista mais estreita, não seriam prioritários (por exemplo, a história da língua). Mas nessa obra o filão estruturalista é forte, incluindo uma sistematização da fonologia que ainda hoje é referência, e vários estudos de morfologia da variedade padrão do português do Brasil. Na obra de Mattoso Câmara Jr. há também incursões interessantes nas variedades não-padrão: uma dessas incursões parte da análise dos “erros dos escolares”, mostrando (pela primeira vez em língua portuguesa?) que os “erros” que os professores de ensino médio apontam às vezes nas redações e em outros exercícios escolares, nada mais são do que a manifestação da língua que os alunos efetivamente conhecem, a língua real, nem sempre igual às representações construídas pelos gramáticos.³⁰ Mattoso Câmara Jr. foi também um grande estudioso das línguas indígenas, tendo deixado uma das principais obras de conjunto sobre as línguas indígenas brasileiras.

Em segundo lugar, com a preocupação pela descrição, o Estruturalismo trouxe também a preocupação de registrar, disponibilizar e tratar dados lingüísticos. Estimulou a lingüística de campo, e levou à constituição de grandes *corpora*, que se caracterizaram não só por sua abrangência, mas também por um alto grau de rigor nos procedimentos de coleta. Muitos desses levantamentos serviriam de material em seguida para outros estudos, realizados ou não segundo metodologias estruturais. Um bom exemplo é o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC), que se desenvolveu no Brasil por iniciativa de Néelson Rossi, Ataliba Castilho e Celso Cunha, e que visava ao estudo da variedade mais prestigiada do português falado. Como parte desse projeto, foram gravadas amostras da língua falada das cinco capitais brasileiras que, no início dos anos 1970, contavam com mais de um milhão de habitantes. Repartidas em três tipos de entrevistas (elocuções formais, diálogos entre dois entrevistados, diálogos do entrevistado com o entrevistador), as gravações desse projeto começaram a ser realizadas em 1972, e alcançaram o número até hoje impressionante de 1500 horas. A idéia inicial era estudar todo esse material em paralelo

30. Quase meio século depois de escrito, o trabalho “Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Brasil”, de 1957 (recolhido no livro *Dispersos*, editado em 1972 pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchoa), ainda é uma leitura oportuna. Mostra que o “erro” tem origem numa tendência ou “deriva” da língua, e não resulta de uma deficiência que afetaria o aluno como indivíduo.

com outros *corpora* dedicados ao espanhol da América, segundo uma metodologia única, desenvolvida pelo estruturalista americano Juan Manuel Lope-Blanch. Quando os lingüistas brasileiros chegaram à conclusão de que a metodologia em questão deixava a desejar, o *corpus* do NURC estimulou um outro grande projeto, o Projeto de Estudo da Gramática do Português Falado. Nascido por iniciativa de Ataliba Castilho, o PGPF chegou, em meados dos anos 1990, a contar com cerca de 40 pesquisadores ligados a universidades de todo o país, representando as orientações mais variadas da lingüística contemporânea. As inúmeras “descobertas” que este projeto permitiu fazer sobre o português falado representam um estágio da lingüística brasileira bem mais avançado do que o estruturalismo, mas não seriam possíveis sem ele.

Em terceiro lugar, como não podia deixar de ser dadas as condições em que a lingüística se tornou uma disciplina autônoma, no Brasil dos anos 1960, o estruturalismo criou grandes expectativas de que poderia contribuir positivamente para a renovação do ensino de línguas. Sua contribuição nessa área foi considerável, mas não vale a pena procurá-la nos chamados “exercícios estruturais” (que, no caso mais típico, visavam a automatizar o uso de determinadas estruturas sintáticas, e eram claramente inspirados na psicologia behaviorista), nem nas chamadas “gramáticas contrastivas”,³¹ metodologias que logo foram superadas por outras, mais “globais” e mais voltadas para as situações de uso. A grande contribuição que o estruturalismo deixou no ensino refere-se à pedagogia da língua materna e consistiu, antes de mais nada, em mostrar a precariedade da doutrina gramatical que vinha sendo tradicionalmente ensinada pela escola: hoje, qualquer pessoa medianamente informada sabe que essa doutrina recomenda uma linguagem que não é nem a do povo, nem a dos grandes veículos de comunicação, nem a dos escritores. Além disso, numa fase em que a escola passou a receber um número cada vez maior de alunos cujo vernáculo não é a variedade prestigiada do português brasileiro, o estruturalismo criou condições para que se possa aceitar como um fato que esses alunos falam *outra* língua (que tem sua estrutura, sua história e suas condições de uso), e que isso não tem nada a ver com limitações ou déficits intelectuais (falar português não-

31. No ensino de língua estrangeira, essa orientação levou a trabalhar prioritariamente as diferenças de estrutura entre a língua materna do educando e a língua a ser ensinada. Isso levou a uma prática de ensino em que se procurava prever as dificuldades que os alunos supostamente encontrariam, em função das diferenças entre a língua materna e a língua-alvo. Essa orientação foi bem aceita durante certo tempo nos cursos de língua estrangeira e, às vezes, levou à elaboração de “métodos” que visavam a um tipo particular de educando (por exemplo, métodos de ensino de português brasileiro destinados a falantes nativos de espanhol).

padrão é uma questão de história social do aluno, não uma questão de burrice). Não menos importante, penso que se deve creditar ao estruturalismo o fato de que a escola adotou uma nova atitude em face dos textos, inclusive os literários, que passaram a ser objeto de uma análise específica; até a década de 1960, era mais importante falar de coisas que hoje nos aparecem como “circunstanciais”: a biografia do autor, a escola literária a que ele pertenceu, os fatos que o inspiraram a escrever o texto, as figuras históricas a partir das quais criou suas personagens fictícias...

Esta amostra (que poderia facilmente ser ampliada) deveria bastar para nos convencer de que muitas atitudes que as pessoas informadas têm hoje em relação às questões de língua e linguagem em nossa sociedade criaram suas raízes num solo fecundado pelo estruturalismo. Se é assim, interessa entender o que foi o estruturalismo lingüístico e como foi assimilado no Brasil, não só por ele, mas principalmente por nós, isto é, para saber quem fomos, quem somos e para onde vamos no que diz respeito à relação que mantemos com as línguas que falamos, e com tudo aquilo que elas representam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APRESJAN, Ju. D. *Idei i metody sovremennoi strukturnoi lingvistiki (Kratkii ocerk)*. Moscou: ed. Prosvescenie, 1966. (Tradução francesa de J. P. Wrangel, *Éléments sur les idées et les méthodes de la linguistique structurale*. Paris: Dunod, 1973/ tradução brasileira — Lucy Seki, São Paulo: Cultrix, 1980).
- BARTHES, Roland. *Mithologies*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1933.
- CAHIERS FERDINAND DE SAUSSURE. Genève: Droz, v. 15, 1957. — Ver particularmente p. 3-103, F. de Saussure, Cours de linguistique générale (1908-09)/v. 16, 1958-59. — ver particularmente p. 23-32, R. Godel, Nouveaux documents saussuriens: les cahiers E. Constantin/v. 21, 1964. — ver particularmente na secção Documents, p. 89 seg. Lettres de F. de Saussure à Antoine Meillet publiées par E. Benveniste e p. 131 seg. Documents pour l'histoire de quelques notions saussuriennes, réunis et présentés par E. Benveniste/v. 27, 1970-72. — ver particularmente p. 8 seg. “Lettre de F. de S. à J. Baudouin de Courtenay présentée par N. A. Sijusareva e p. 43-53, L. Muraro, Hjelmslev lettore del corso di linguistica/ v. 28, 1973. — ver particularmente p. 89 seg., R. Engler, Rôle et place d'une sémantique dans une linguistique saussurienne.
- CALVET, Louis-Jean. *Pour et contre Saussure — vers une linguistique sociale*. Paris: Payot, 1975.

- DUCROT, O. et alii. *Qu'est-ce que le structuralisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969 (Tradução parcial — *Estruturalismo e lingüística*, São Paulo: Cultrix, 1977).
- ECO, Umberto. *La struttura assente*. Milão: Bompiani, 1970 (Tradução brasileira — *A estrutura ausente*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Perspectiva, 1971).
- FRIED, V. (org.). *The Prague School of Linguistics and Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: François Maspéro, 1981 (Ver particularmente os capítulos 5, Le réel de la langue c'est l'impossible, e 6, Deux Saussure?, da primeira parte).
- GLEASON, H. A. *An introduction to descriptive linguistics*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1955.
- GODEL, R. *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure*. Genève: Droz, 1969.
- GOMES DE MATOS, Francisco; CINTRA, Geraldo & LEITE, Yonne. A obra de Mattoso Câmara Jr. e sua importância para o desenvolvimento da lingüística no Brasil. *Boletim da Abralín*, n. 12, p. 175-200, julho de 1991.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse, 1966.
- HARRIS, Zellig. *Methods in structural linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.
- HJELMSLEV, L. *Omkring Sprogteoriens grundlagiske*. Copenhagen: Akademisk Forlag, 1943 (Tradução inglesa — *Prolegomena to a theory of language*, Bloomington: Indiana University Press, 1953/tradução francesa — *Prologomènes à une théorie du langage*, Paris: Minuit, 1970).
- HOUSEHOLDER, F. (org.) *Syntactic Theory — 1 Structuralist*. Harmondsworth/ Middlesex: Penguin Books, 1972.
- HOYOS-ANDRADE, Rafael-Eugênio. *Introducción a la lingüística funcional*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1992.
- ILARI, R. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas: Edunicamp, 1986.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Editions de Minuit, 1963 (A maioria dos ensaios contidos neste volume foi traduzida para o português em *Lingüística e comunicação*, São Paulo: Cultrix, 1970).
- _____. *Fonema e fonologia. Tradução e notas com um estudo sobre o autor por J. M. Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.
- _____. *Langage et aphasie*. Paris: Editions de Minuit, 1970.
- _____. *On language*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.
- LEPSCHY, Giulio C. *La linguistica strutturale*. Turim: Einaudi, 1966 (Tradução brasileira — *A lingüística estrutural*, São Paulo: Perspectiva, 1971).

- MARI, Hugo; DOMINGUES, Ivan & PINTO, Julio (orgs.). *O estruturalismo, memória e repercussões*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- MARTINET, André. *Économie des changements phonétiques*. Berna: Francke, 1955.
- _____. *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin, 1960.
- MARTINET, A. et alii. *Estructuralismo y lingüística*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1969.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- _____. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- PÊCHEUX, M. *L' inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
- PIAGET, Jean. *Le structuralisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- PRIETO, Luis. *Messages et signaux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916 (Tradução brasileira *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1960).
- _____. *Corso di linguistica generale. Introduzione, traduzione e commento di Tullio de Mauro*. Bari: Laterza, 1970.
- _____. *Introduzione al 2° Corso di Linguistica Generale (1908-1909). Testo a cura di Robert Godel. Edizione Italiana a cura di Raffaele Simone*. Roma: Ubaldini, 1970b.
- SEGRE, Cesare. *Strutturalismo e semiologia*. Milão: Bompiani, 1969 (Tradução brasileira — *Estrutturalismo e semiologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974).
- STAROBINSKY, Jean. “Les anagrammes de Ferdinand de Saussure”. *Mercure de France*, fevereiro de 1974, 243:262.
- _____. “Les mots sous les mots”. *To Honor Roman Jakobson*. Haia: Mouton, 1967: 1906-1917.
- TESNIÈRE, Lucien. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1959.
- TODOROV, Tzvetan. *Les structures narratives*. Paris: Seuil, 1968 (Tradução brasileira — Leyla Perrone-Moisés, *As estruturas narrativas*. São Paulo: Cultrix, 1970).
- VACHEK, J. (org.). *A Prague School reader in Linguistics*. Bloomington: Indiana University Press, 1964.
- _____. *The Linguistic School of Prague*. Bloomington: Indiana University Press, 1966.

3

O EMPREENDIMENTO GERATIVO*

José Borges Neto

Em 1982, Riny Huybregts e Henk van Riemsdijk publicam uma longa entrevista com Noam Chomsky, construída na forma de uma discussão sobre vários pontos da história e da estrutura da teoria lingüística. O livro que traz essa entrevista recebeu o nome, extremamente feliz, de *The generative enterprise* (ver Chomsky 1982a). Digo que o nome do livro é extremamente feliz porque compartilho da opinião dos entrevistadores de que a teoria lingüística, proposta, desenvolvida e “protegida” constantemente pela figura singular de Noam Chomsky, pode, de fato, ser entendida como um “empreendimento” coletivo, que tem em Chomsky seu líder inequívoco.

É minha tarefa, aqui, demonstrar isso. Demonstrar que a teoria lingüística conhecida genericamente como *gramática gerativa* (a par com vários outros nomes que recebe em diferentes momentos) é um Programa de Investigação Científica, extremamente coerente, que começa a ser construído em meados do século XX e que se torna, já nos primeiros anos de existência, um modo de

* Agradeço os comentários, sempre pertinentes, feitos a uma primeira versão deste texto pelas colegas Maria Cristina Figueiredo Silva e Evani Viotti. Agradeço também as sugestões e comentários feitos pelas editoras Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes. A responsabilidade pelo resultado final, obviamente, é apenas minha.